

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS

**COOPERATIVISMO E INCLUSÃO SOCIAL DE CATADORES DE MATERIAIS
RECICLÁVEIS EM MACEIÓ-AL.**

MÔNICA MELO GOMES DO NASCIMENTO.

MACEIÓ

2012

Mônica Melo Gomes do Nascimento

**COOPERATIVISMO E INCLUSÃO SOCIAL DE CATADORES DE MATERIAIS
RECICLÁVEIS EM MACEIÓ-AL.**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre Sociologia.

Orientador: Profa. Dra. Paula Yone Stroh

**MACEIÓ
2012**

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Fabiana Camargo dos Santos

N244c Nascimento, Mônica Melo Gomes do.
Cooperativismo e inclusão social de catadores de materiais recicláveis de
Maceió / Mônica Melo Gomes do Nascimento. – 2012.
96 f. : il.

Orientadora: Paula Yone Stroh.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de
Alagoas Instituto de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em
Sociologia. Maceió, 2012.

Bibliografia: f. 93-96.

1. Cooperativismo. 2. Catadores de materiais recicláveis. 3. Inclusão produtiva. 4. Cooperativas – Relações de trabalho. I. Título.

CDU: 316.343.636

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS

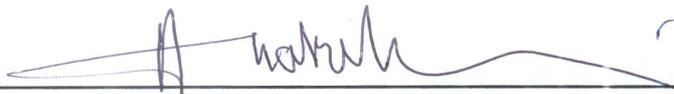
Cooperativismo e Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis em Maceió-AL.

Mônica Melo Gomes do Nascimento

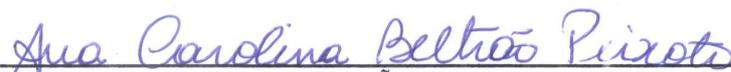
Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFAL, como requisito a obtenção do título de Mestre em Sociologia.



DRA. PAULA YONE STROH (ORIENTADORA-UFAL).



DRA. ALICE ANABUKI PLANCHAREL (MEMBRO INTERNO-UFAL)



DRA. ANA CAROLINA BELTRÃO PEIXOTO (MEMBRO EXTERNO-UNEAL)

Aos meus, adoráveis filhos, Heraldo Neto e
Bárbara: a determinação por um futuro melhor.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Ilma e aos meus irmãos, Alisson e Taciana que sempre me apoiaram.

À minha orientadora, Professora Doutora Paula Yone Stroh, pela dedicação, gentileza e confiança ao compartilhar momentos únicos de aprendizado, que os levarei sempre adiante.

Ao Professor e amigo, Doutor Josealdo Tonholo, por seu apoio absoluto, pelo incentivo para ingressar na vida acadêmica, e por suas palavras de ânimo, decisivas durante a jornada. Este trabalho sintetiza anos de uma vida profissional sob sua orientação.

A todos que direta ou indiretamente ajudaram na construção deste trabalho.

RESUMO

Esta dissertação apresenta uma análise sobre as cooperativas de catadores de materiais recicláveis em Maceió. O objetivo foi avaliar o desenvolvimento de duas cooperativas, COOPREL e COOPLUM sob as perspectivas sociais, econômicas e políticas e quais as influências sobre o processo de autogestão. A discussão surge com base na política nacional de resíduos sólidos, de acordo com a Lei 12.305 de 2010. A narrativa discorreu sobre a inclusão produtiva dos catadores. As exigências previstas a organização do trabalho em cooperativas e as relações de trabalho entre os cooperados. São apresentados ainda, as questões referentes ao mercado, à comercialização dos produtos recicláveis. E em como as exigências previstas na Lei interferem sobre a constituição e a gestão de cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Palavras Chaves: Catadores de materiais recicláveis. Cooperativas. Inclusão produtiva.

ABSTRACT

This dissertation presents an analysis on cooperatives recyclable material collectors in Maceió. The objective was to evaluate the development of two cooperatives, COOPREL COOPLUM and perspectives of social, economic and political influences and what about the self-management process. The discussion arises on the basis of national policy on solid waste, in accordance with Law 12,305 of 2010. The story talked about the productive inclusion of scavengers. The requirements provided for the organization of work and cooperative working relations among members. Are also presented, questions relating to the market, the marketing of recyclables. And as the requirements under the Act interfere on the formation and management of cooperatives collectors of recyclable materials.

Key-Words: Collectors of recyclable materials. Cooperatives. Inclusion productive.

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Figura 01: Mapa de Distribuição da Coleta Seletiva em Maceió	75
Figura 02: Vista de Frente do Galpão da COOPREL	81
Figura 03: Estrutura que Deve Ser Utilizada como Galpão de Reciclagem	87
Figura 04: Foto Retirada do Galpão da COOPLUM (Grupo de Pesquisa Cultural e Política do Desenvolvimento	87

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1 SOCIEDADE DE CONSUMO: INDÚSTRIA DA RECICLAGEM E OS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	32
1.1 Sociedade e Consumo: Uma Abordagem Histórica	32
1.2 A Indústria da Reciclagem no Brasil.....	37
1.3 Uma Nova Profissão: Os Catadores de Materiais Recicláveis	42
2 FATORES DE SUSTENTAÇÃO AO COOPERATIVISMO	47
2.1 Cooperativismo de Catadores de Materiais Recicláveis: Origens e Aspectos Legais	47
2.1.1 <i>O Sistema Cooperativista de Trabalho: Breve Reconstituição Histórica</i>	47
2.1.2 <i>Cooperativismo e os Aspectos Legais</i>	51
2.2 O Apoio Institucional e os Mecanismos de Incentivo às Cooperativas Populares	63
2.2.1 <i>Apoio Institucional</i>	64
2.2.2 <i>Tecnologias Sociais</i>	64
2.2.3 <i>Economia Solidária: Uma Alternativa de Organização para as Cooperativas de Empreendimentos Populares</i>	69
2.2.4 <i>Incubadoras de Empreendimentos Populares: Entre a Gestão e o Mercado</i>	71
3 AS COOPERATIVAS DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE MACEIÓ E AUTO-GESTÃO	73
3.1 O Território e o Desenvolvimento do Cooperativismo de Reciclagem.....	73
3.1.1 <i>Mercado de Materiais Recicláveis em Maceió</i>	77
3.2 As Cooperativas de Reciclagem de Maceió.....	80
3.2.1 <i>Cooperativa de Reciclagem de Alagoas - COOPREL</i>	80
<u>3.2.1.1 O Sistema de Trabalho na COOPREL</u>	84
3.2.2 <i>Cooperativa de Reciclagem de Alagoas - COOPLUM</i>	87
<u>3.2.2.1 O Trabalho na COOPLUM</u>	90
3.2.3 <i>Práticas de Gestão COOPREL e COOPLUM</i>	91
3.2.4 <i>Práticas de Comercialização COOPREL e COOPLUM</i>	92
<u>3.2.4.1 Pontos Limitantes à Comercialização</u>	94

3.3 Os Desafios às Cooperativas de Reciclagem de Maceió: As Dimensões Internas e os Desafios ao Reconhecimento Externo	94
CONCLUSÃO.....	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	106

INTRODUÇÃO

O trabalho surgiu aliado ao grupo de Pesquisa “Cultura e Política do Desenvolvimento¹”, coordenado pela Professora Dra. Paula Yone Stroh. O grupo acompanha a mobilização dos catadores de materiais recicláveis em Maceió, desde 2010, monitorando o desenvolvimento dos catadores, enquanto movimento social organizado, enquanto empreendimentos (cooperativas) e suas implicações políticas, sociais e ambientais.

Alguns resultados obtidos durante a pesquisa dão conta de que os pontos de estrangulamento das cooperativas de catadores de materiais recicláveis, em Maceió, tenham origem no sistema de organização interna das cooperativas e dos cooperados e no acesso a mercado. (SANTOS, STROH, 2009). O que nos remete à seguinte indagação: será que o modelo de gestão proposto para as cooperativas de catadores de materiais recicláveis é adequado?

Além de compreender a organização interna da cooperativa, como fatores determinantes para o desenvolvimento do empreendimento tomamos como premissa que os cooperados, os catadores de materiais recicláveis, são caracterizados socialmente, como indivíduos excluídos, segundo Stroh:

Os catadores de materiais recicláveis atuam há décadas sem nenhum respaldo legal e integra o contingente social da miséria e da exclusão social, com alarmantes indicadores de subnutrição, baixa escolaridade, problemas de saúde, falta de higiene, baixa renda, inexistência de serviços básicos, de oportunidades, enfim, de direitos de cidadania. (STROH, 2009, p.22).

Exclusão social, segundo Scalón, corresponde:

Um conjunto de estruturas que privilegiam as condições materiais de vida como referencia para avaliar padrões de distribuição. Mas para além desse mínimo denominador comum há todo um universo de significações culturais que dão sentido as mensurações e respaldam os julgamentos morais. (2010,p.41).

Diante de um perfil particular compartilhado por todos os integrantes associados à cooperativa de catadores de materiais recicláveis, quais seriam os aspectos subjetivos capazes de influenciar a gestão do empreendimento?

¹ As linhas de pesquisa desenvolvidas no grupo são: Cidadania e Riscos Ambientais e Território, Patrimônio e Identidade.

Assim, como será, para alguém excluído dos direitos à cidadania, gerenciar uma cooperativa e interagir com o universo de diversas instituições?

Os técnicos das empresas que atuam como parceiros das cooperativas descrevem as fragilidades das cooperativas de catadores de materiais recicláveis; como sendo de origem administrativa, mesmo com a doação dos equipamentos e muitas vezes com apoio financeiro, as cooperativas não alcançam a sustentabilidade do empreendimento.

Assim, o eixo condutor deste trabalho foi discutir sobre os procedimentos referentes à gestão administrativa e financeira de cooperativas de catadores de materiais recicláveis, em um ambiente com 100% dos integrantes excluídos, quanto às regras relacionadas ao funcionamento, contábil, financeiro e jurídico.

Partindo do princípio de que a organização dos catadores de materiais recicláveis em cooperativas pode ser uma alternativa para inserção produtiva e social, este trabalho analisou os aspectos gerenciais e jurídicos que constituem as cooperativas de catadores de materiais recicláveis de Maceió e quais desdobramentos sobre o processo de autogestão das cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

O interesse pelo estudo da inclusão produtiva de grupos sociais em situação de exclusão surgiu em 2003 por ora do desenvolvimento do Grupo de Pesquisa Bambu².

Entre os principais objetivos do grupo de pesquisa, estava em desenvolver meios capazes de inserir a cultura do bambu em Alagoas, em eixos identificados como essenciais: agricultura familiar, química e artesanato.

Em particular, acompanhamos o desenvolvimento do grupo Artesanato, que buscava a inserção produtiva de ex-cortadores de cana. O grupo era composto por mulheres e homens, analfabetos, com idades entre 25 e 40 anos. Os cooperados foram se aglutinando com a perspectiva de suprirem suas necessidades longe dos canaviais. Trabalho árduo, exaustivo, do qual haviam sido demitidos e alguns deficientes (mutilados durante o corte da cana) que não tinham outra oportunidade de trabalho e renda, fora da indústria canavieira.

² O projeto surgiu no intuito de prover aos trabalhadores da Cana de açúcar, uma alternativa de trabalho durante a entre safra, em estudos desenvolvidos pela Universidade de Federal de Alagoas – UFAL, o Bambu foi apontado como uma planta possível de suprir essa carência econômica, uma vez que o cultivo planejado propicia diversas formas de uso, como exemplo, artesanato, a fabricação de móveis (substituição à madeira), construção civil, entre tantas outras possibilidades. Inicialmente a iniciativa tinha como liderança a UFAL e o apoio do SEBRAE/AL, SEBRAE/Nacional e Usina Capricho.

O projeto foi desenvolvido inicialmente em quatro etapas distintas: capacitação em manejo e tratamento do bambu; capacitação para a utilização de maquinários; fabricação de pequenos objetos e comercialização dos produtos;

A cooperativa foi constituída, o grupo foi capacitado, a matéria prima estava garantida, a linha de produção definida e o mercado de comercialização definido. O grupo com o apoio do SEBRAE-AL e do SEBRAE Nacional conseguiu fechar contratos de financiamento com uma rede de lojas de artefatos domésticos com distribuição em todo país.

Os investimentos dos parceiros, SEBRAE Alagoas, SEBRAE Nacional e Usina Capricho, em doação de materiais, equipamentos, computadores, cursos de capacitação e manutenção de gerente especializado em gestão de pequenos negócios, foram gigantescos. Só em projetos com o SEBRAE Alagoas, o volume de recursos ultrapassou os R\$ 3 milhões de reais, recursos provenientes do próprio orçamento do SEBRAE e de parcerias com outras entidades, como a Fundação Banco do Brasil. E após dois anos restaram apenas 03 associados que arcaram com o ônus do fechamento da cooperativa.

As cooperativas de reciclagem possuem algumas características semelhantes em seu desenvolvimento às cooperativas de artesanato em bambu: grupos em situação de exclusão social, desemprego estrutural e temporário, ampla rede de parceiros.

O diferencial para as cooperativas de reciclagem alcançarem a sustentabilidade encontra-se na regulamentação da Lei nº 12.305 de 2010, que define a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Os objetivos estabelecidos pela lei são claros quanto à gestão de resíduos, passa a ser obrigatório por parte dos governos municipais e estaduais. E um dos instrumentos que a lei prevê para a aplicação é o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais recicláveis.

A proposta da PNRS consiste em que as cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis participem dos programas de coleta seletiva dos municípios, contratadas como prestadores de serviços, observada a dispensa de licitação e que as mesmas façam parte de ações que visem o fortalecimento institucional para atender a demanda.

Nesse contexto, o trabalho foi problematizado, no desenvolvimento do trabalho coletivo em cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Grupos marcados pela pobreza extrema. E o cooperativismo surge como uma alternativa à inserção produtiva.

Por princípio a gestão de qualquer empreendimento econômico, seja ele uma cooperativa ou um microempresa, é marcada por questões objetivas, pautadas no

pragmatismo, em gestão de resultados e capacidade técnica de seus empreendedores. Segundo Bezerra, em documento elaborado para o SEBRAE, discorre:

As competências comportamentais são as que facilitam o relacionamento do empreendedor com o empreendimento, com os fornecedores, clientes. É a maneira de empreender, negociar e liderar equipes. Essas competências estão relacionadas diretamente a forma de interagir do gestor. Enfim, fazem parte de sua postura diante dos negócios e de seu comportamento como empreendedor. (2009, p.03).

A afirmação aponta para um conjunto de competências e habilidades que em uma primeira análise, não corresponde com o grupo de cooperados. Os sujeitos cooperativismo de catadores de materiais recicláveis sofrem do imediatismo e da emergência da sobrevivência física.

No contexto das cooperativas de catadores de materiais recicláveis, a perspectiva de crescimento econômico, ligado ao aumento do consumo está intimamente associada à produção de resíduo. Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), de 2010, aponta que a produção de resíduo decorrente do descarte do consumo - o lixo domiciliar - atinge no Brasil a marca de 57 milhões de toneladas anuais. Deste volume de resíduos sólidos urbanos, apenas 2,4%, retornam ao ciclo produtivo de mercadorias por meio da cadeia produtiva da reciclagem industrial, sendo este percentual reduzido ao praticado nos países europeus, cuja média de reciclagem de resíduos sólidos está na ordem de 45%.³

Segundo o Ministério do Meio Ambiente, o Brasil deixa de ganhar R\$ 8 bilhões de reais/ano por não reciclar materiais como, plástico, papel, aço e vidro. Os dados revelam a emergência em prover políticas públicas para o tratamento de resíduos. (MMA, Brasil, 2011).

A lei da PNRS determina que todos os municípios brasileiros deverão implantar aterros sanitários e sistemas de coleta seletiva até 2014. A proposta consiste ainda em promover a inclusão social dos catadores, através do trabalho organizado em cooperativas como agentes ambientais.

A economia cada vez mais globalizada e orientada para as inovações promove oportunidades de trabalho diversificadas, que exigem cada vez mais qualificação da mão de obra. A coleta de materiais recicláveis responderia a uma demanda por atividades economicamente viáveis, aos grupos que se encontram alijados do processo produtivo.

³ CEMPRE 2011.

A análise contextual deste trabalho direcionou o problema para a temática do desemprego e a exclusão social, sob o ângulo das oportunidades de inserção produtiva de grupos sociais em situação de vulnerabilidade, através do cooperativismo, existentes no estado de Alagoas.

A inserção produtiva tem sido pauta de diferentes programas e políticas públicas, em decorrência da extrema pobreza que se encontra grande parte da população brasileira. Grandes são os esforços em torno de alternativas para manter a empregabilidade, como os incentivos a produção industrial, redução das taxas de juros para aumentar o consumo, investimentos em infraestrutura são ações de política macroeconômica que estimulam e promovem o fluxo contínuo da economia. Mas, ainda assim, não são suficientes para equiparar os diversos problemas em que se encontram os estados Brasileiros.

O cooperativismo vem se afirmando como uma alternativa de trabalho e de geração de renda. Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, são 6.586 cooperativas em funcionamento no Brasil.

Alagoas possui 3.165.472 habitantes segundo o IBGE⁴. O território Alagoano, como em boa parte dos Estados nordestinos, apresenta diversos problemas de ordem econômica: pobreza, desigualdades de renda e indicadores sociais negativos, que aliados à carência de infraestrutura e um frágil setor financeiro, corrobora com os limites frente em avanços ao desenvolvimento econômico e social. Pobreza extrema e má distribuição de renda são características marcantes que refletem diretamente sobre outros aspectos de ordem social e econômica.

Entre os diversos problemas, destacamos as restrições aos investimentos em P&D⁵. Ao analisarmos os dados anuais referentes ao volume de recursos destinados a pesquisa e ao fomento tecnológico, apresentados pela UFAL⁶, às informações revelam que a Universidade tem realizado pesquisas significativas, financiadas por órgãos como FINEP, BNB, CNPq e Petrobras, com o objetivo de transferências ao setor produtivo, demandas, em maioria, do setor sucroalcooleiro, petróleo e gás. O maior volume de dos investimentos incidem em concessões de bolsas, construção e ampliação de laboratórios. Há uma menor participação em pesquisas e programas que visem à reestruturação social e diminuição das desigualdades⁷, no

⁴ www.ibge.gov.br

⁵ Pesquisa e Desenvolvimento.

⁶ Relatórios de Gestão da Pró Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFAL. 2011.

⁷ Solicitamos as informações à Fundação de Amparo à Pesquisa de Alagoas – FAPEAL, quanto ao número de pesquisas financiadas de interesse social. Embora, a instituição não disponha de informações precisas, existe a indicação de que o maior volume em números de bolsas e apoio científico corresponde a projetos desenvolvidos nas áreas de Química e Engenharia.

médio prazo para Alagoas, o que reflete a fragilidade para implantação de ações, que possam maximizar resultados impactantes.

Propor programas ou projetos para o desenvolvimento de Alagoas, de acordo com Carvalho (2008), que visem superar os índices sociais negativos, deve estar atrelado às questões de ordem econômica, do contrário, serão apenas ações paliativas e sem repercussão estrutural.

Alternativas econômicas que possibilitem a geração de emprego e renda são cada vez mais escassas, incentivar a industrialização exige, em contrapartida qualificação de mão de obra, mercado consumidor local e qualidade de vida.

“Alagoas é um espaço político, econômico e social que garante certas especificidades no desenvolvimento social e humano. Sua identidade foi construída através das imposições de um setor agroindustrial dominante, cuja elite desenvolveu formas de controle rígido e antidemocrático apropriado aos seus interesses econômicos e de poder.” (LIRA, 2007 *apud* CARVALHO, 2008, p.64).

O poder político local apresenta imobilidade quanto à proposição de alternativas para reverter o quadro de desigualdades sociais. Transfere aos programas do Governo Federal todas as expectativas de mudanças.

De acordo com o SACHS (2003) é importante compreender as singularidades de cada região, porque nem sempre os problemas locais aceitam uma solução global. As transformações capazes de contribuir com o desenvolvimento de uma região não correspondem apenas à vontade política, pois como afirma Kliskberg (1993, p.93) “a luta contra a pobreza não se resolve, em nível exclusivamente gerencial e organizacional. Tem a ver com a política econômica, com a política social, um conjunto de fatores julgados por nossa sociedade”.

Ignacy Sachs se aproxima da análise de Kliskberg, quando afirma que:

Levando a definição de políticas flexíveis de desenvolvimento, capazes de aportar, caso a caso, os recursos que poderão fazer a diferença. Na realidade tais políticas devem ter um caráter ativo, na medida em que a experiência tem demonstrado errônea à ideia de que projetos demonstrativos, ou do tipo piloto, poderiam se espalhar apenas pela força do exemplo. (SACHS, 2003, p.43).

A dependência econômica dos recursos da União demonstra a fragilidade da economia da cidade de Maceió. Grande parte dos recursos financeiros movimentados no município tem

sua origem advinda da transferência direta do governo federal, aposentadorias e o programa bolsa família. Em 2010, segundo IBGE, dos domicílios consultados em Maceió 26% estão inscritos no programa bolsa família. Esse fato é denominado por economistas como “economia sem produção⁸”. (GOMES, 2001).

Economia sem produção é um termo desenvolvido pelo economista Gustavo Maia Gomes (2001), que caracteriza muita renda e pouca produção, a economia local recebe um volume alto de recursos sem gerar uma contrapartida produtiva; o movimento desses recursos determina a dinâmica do mercado local que orienta o fluxo econômico em grande parte para atividades que representam um menor valor agregado ao PIB local.

Apresentar propostas de alternativas para alavancar a economia local mediante o incremento dos setores produtivos locais e diminuir a dependência das políticas assistencialistas, são recorrentes no debate político e acadêmico em Alagoas.

Crescimento econômico difere de desenvolvimento econômico, “as estratégias de desenvolvimento que concentram esforços exclusivamente nos ganhos de produtividade do trabalho, aumentam os ganhos das empresas e diminui a capacidade de ofertar novas vagas de trabalho”. (SACHS, 2002). A ideia é estimular novas oportunidades de trabalhos, sejam empregos formais ou alternativas que colaborem com o crescimento econômico e em contrapartida uma maior distribuição de renda.

Ainda segundo SACHS, no caso brasileiro, especificamente, o crescimento aliado a novas dinâmicas de trabalho, amplia as oportunidades de trabalho autônomo, em quatro setores, considerados pelo autor, essências: Obras públicas e infraestrutura, serviços sociais, educacionais e sanitários, construção de habitações e gerenciamento de recursos naturais. (2002, p.58-59).

A gestão de recursos naturais, em especial, a reciclagem de lixo e de resíduos sólidos, “constituem um campo de atividades que promove uma melhor qualidade do meio ambiente e uma redução simultânea de energia” (SACHS, 2002, p. 59).

Aliados aos benefícios sócios ambientais, Magera (2005) discorre que a reciclagem de resíduos, por exemplo, é uma atividade que concentra um numero significativo de mão de obra, com qualificação mínima. O que Sachs chama de uma “proposta interessante”, reunir em uma única atividade, os dois dos nossos grandes problemas, desemprego e desequilíbrio ambiental.

⁸ Expressão criada pelo economista Gustavo Maia Gomes, em pesquisa empírica sobre os impactos econômicos e sociais da seca nos Estados nordestinos e a relação com as políticas públicas direcionadas pelo Governo Federal. (2001).

Seria interessante explorar as múltiplas possibilidades de geração de emprego e renda ligados à eliminação do desperdício de recursos naturais, de energia, de água à reciclagem de materiais e de lixo, bem como a prorrogação da vida útil das infraestruturas. (SACHS, 2002, p.145).

Nesta perspectiva, se inscrevem dois sujeitos sociais, emergentes deste contexto, a abordagem de nossa discussão: os catadores de materiais recicláveis e as cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

A dinâmica da inclusão social pelo trabalho possibilita aos catadores, enquanto mão de obra capacitada, atuarem na cadeia produtiva da reciclagem.

Em sua atividade marginal e denegante os catadores de resíduos não são apenas úteis, mas sim indispensáveis na cadeia produtiva de reciclagem. Além de ser elemento de auxílio a sociedade na resolução do problema do lixo, minimizam os custos empresariais da separação de resíduos. (STROH, 2009, p. 24).

As cooperativas surgem como empreendimentos capazes de aglutinar os catadores na dinâmica da cadeia produtiva de reciclagem. O cooperativismo de catadores é constituído por indivíduos que nunca tiveram acesso ao trabalho formal, que “enxergam na atividade de catação a solução para a fome diária, não possuem grau de escolaridade e só em raros casos conseguem dominar o processo produtivo”. (STROH, 2009).

Assim, são elementos constitutivos da narrativa, a junção entre os aspectos favoráveis para a geração de emprego e renda e a reciclagem de materiais para grupos caracterizados em situação de extrema pobreza como uma alternativa capaz de diminuir as desigualdades sociais.

Assim, diante das questões apresentadas, o trabalho almejou identificar os aspectos relacionados entre de exclusão enfrentada pelos catadores de materiais recicláveis de Maceió e a construção coletiva da capacidade de autogestão. A proposta foi discutir com os cooperados caminhos para construir um modelo de autogestão. Diante de um quadro de exigências legais, as barreiras ao convívio coletivo e as possibilidade de atuação, obedecendo a seguinte ordem:

- a) Análise das interfaces, econômicas e jurídicas que compõem o desenvolvimento de uma cooperativa de materiais recicláveis;
- b) Análise e identificação do ambiente externo a cooperativas, como ocorrem às parcerias, a comercialização dos produtos;

c) Análise das relações entre os cooperados e a dinâmica de interação das atividades internas da cooperativa.

O método de construção da investigação consistiu em acompanhar as cooperativas de materiais recicláveis de Maceió e traçar um perfil mínimo de atuação sob três aspectos:

a) Social - sob o aspecto social, analisamos as representações sociais que sustentam as identidades dos sujeitos enquanto catadores, compreendendo-se a categoria analítica de representações sociais como uma “forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, contendo uma visão prática e concorrente na construção de uma realidade comum.” (CORREA; PIMENTA, 2006).

Segundo o raciocínio de JOVCHELOVITCH (1994, p.81) de que “as representações sociais são desenvolvidas pelos atores para enfrentar a diversidade e a mobilidade entre os mundos que embora pertença a todos, transcende a cada um individualmente”. Busca-se compreender quais representações sustentam as identidades dos catadores em suas relações com a sociedade de consumo, na condição de primeiro elo da cadeia produtiva que tem no pós-consumo a sua primeira ponta.

Ainda segundo JOVCHELOVITCH, compreender como a subjetividade exercida pela exclusão social reflete entre os indivíduos, “já que os processos que engendram representações sociais estão embebidos na comunicação e nas práticas sociais: dialogo discurso, rituais, padrões de trabalho e produção, arte, em suma, cultura.” (1994, p.79). Assim, procuramos relacionar como os cooperados, visualizam e praticam as suas funções em diversos momentos do ambiente de trabalho, a dinâmica dos cooperados com o coletivo, de como eles interagem com os parceiros.

b) Econômico - entre os aspectos econômicos, a referência concerne ao desenvolvimento da cooperativa, enquanto empreendimento de economia solidária⁹. O objetivo é apresentar as interações decorrentes do relacionamento entre as cooperativas de reciclagem, durante o processo de comercialização dos materiais recicláveis. Além dos aspectos relacionados ao desenvolvimento do negócio, mediante à burocracia e ao método de gestão praticado.

⁹ Segundo Gaiger, empreendimento econômico solidário compreende as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação de trabalhadores, nas quais a cooperação funciona como esteio de sua eficiência e viabilidade. (2009, p.118).

c) Jurídico - Os aspectos jurídicos e políticos que compõem uma cooperativas, a evolução legal até os princípios estabelecidos na lei 12.305 de 2010 e no Decreto 7.405 de 2010 que cria o programa pró-catador, legaliza e institucionaliza a profissão de catador de materiais recicláveis e os modos de organização coletiva do trabalho.

O acompanhamento empírico foi realizado em duas cooperativas de catadores está respaldado na abordagem sociológica da pesquisa-ação.

Do ponto de vista sociológico, a pesquisa ação dá ênfase à análise das diferentes formas de ação. Os aspectos estruturais da realidade social não podem ficar desconhecidos, a ação só se manifesta num conjunto de relações sociais estruturalmente determinadas. (THIOLENT, 2008, p.19).

O trabalho apresenta descrições de situações concretas, mediante observações do cotidiano, na intervenção e orientação de pontos que apresentem congruência com os objetivos. A estratégia metodológica obedeceu a uma ordem cronológica de atuação, em quatro fases:

Interação com os grupos de cooperados.

A interação com os grupos de cooperados aconteceu mediante encontros programados anteriormente, com o objetivo de discutir sobre a temática da reciclagem e a sua relevância para a sociedade.

Observações do cotidiano de trabalho dos cooperados.

Consistiu em visitas às cooperativas, enfatizando as relações de trabalho, as relações externas e o cotidiano dos cooperados. E em observações sobre o comportamento dos cooperados diante dos fatos e os desdobramentos no interior do grupo.

Identificação e levantamento dos principais problemas no cotidiano dos cooperados.

Identificação dos principais problemas enfrentados pela cooperativa e seus cooperados, além das observações, utilizamos os relatos do Grupo de Pesquisa em Cultura e Desenvolvimento.

Análise dos principais problemas detectados.

Após a identificação dos problemas, a discussão seguia com os cooperados, particularmente com os dirigentes das cooperativas, na intenção de elaborar propostas possíveis de aplicação.

Assim, amparamos a investigação empírica em duas cooperativas de catadores de materiais recicláveis localizadas na cidade de Maceió: As Cooperativas dos Recicladores de Alagoas- COOPREL e a Cooperativa dos Recicladores de Lixo Urbano de Maceió – COOPLUM.

Para fins de organização, o texto foi redigido em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta uma revisão bibliográfica relativa aos temas da sociedade de consumo, indústria da reciclagem e os catadores de materiais recicláveis. O objetivo é traçar as intercessões entre consumismo, indústria da reciclagem e a função social do trabalho de catador.

O segundo capítulo analisa os mecanismos de apoio ao cooperativismo e o estímulo aos empreendimentos de autogestão. Tendo como referência a legislação vigente sobre cooperativismo. E uma análise sobre o apoio dos parceiros inseridos em programas e projetos como: tecnologias sociais, economia solidária e as incubadoras de cooperativas populares.

Por fim, o capítulo três descreve o panorama geral sobre as cooperativas de catadores de materiais recicláveis analisadas, COOPREL e COOPLUM, diante dos pontos apresentados nos capítulos anteriores, como maneira de sobrepor as informações ao processo de gestão aplicado nas cooperativas.

1. SOCIEDADE DE CONSUMO: INDÚSTRIA DA RECICLAGEM E OS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

O presente texto busca dialogar entre o processo de transformação da indústria de reciclagem, a regulamentação da profissão dos catadores de materiais recicláveis, os aspectos sociais envolvidos com o desenvolvimento do Plano Nacional de Resíduos Sólidos e os desafios às cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

1.1 Sociedade e Consumo: Uma Abordagem Histórica

Durante o período compreendido entre os séculos XI e XVIII as atividades relacionadas ao comércio não pararam de se expandir. O comércio, antes local, passou para toda a Europa e junto à necessidade de novos produtos, novos consumidores contribuíram para a expansão das atividades extrativistas e comerciais para a África. A descoberta do caminho das Índias e certo tempo depois o descobrimento das Américas delineou o que conhecemos hoje como mercado internacional.

As mudanças sociais relacionadas ao desenvolvimento das atividades econômicas, ao longo da história, interferiam diretamente na construção social, ao mesmo tempo em que o homem se relacionava com os meios de produção as relações sociais se construía e se desenvolviam. Daí a ideia que as relações sociais se desenvolvem ao mesmo tempo das condições materiais. “Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção.” (MARX, 2007, p. 06).

O desenvolvimento do comércio acompanhado do progresso técnico, no desenvolvimento das forças produtivas, conduziram para a Revolução Industrial. A Revolução industrial é marcada pelo desenvolvimento do trabalho, aliado ao desenvolvimento das máquinas e ferramentas que possibilita uma nova interface entre o homem e a produção de bens. “A motivação pelo lucro passa a substituir a motivação pela subsistência.” (POLANYI, 2000, p.60).

O lucro como valor de motivação social visto por Polanyi é vista em Marx como a materialidade de condição da consciência: “não é a consciência que determina a vida e sim a

vida que determina a consciência”. A ascensão da vida material passa a exercer sobre os indivíduos uma espécie de força externa, independente de valores éticos e morais.

O desenvolvimento industrial, além do uso intensivo de máquinas no processo produtivo, apresenta outro traço marcante: o trabalho assalariado, a partir daí ocorre uma separação da sociedade em duas classes distintas. A primeira, composta pelos detentores dos meios de produção e a segunda, formada por trabalhadores, que possuem apenas força de trabalho, como moeda de troca para garantir a sua sobrevivência.

As relações sociais passam a ser marcadas pelo reflexo das relações comerciais. Principalmente, as relações de trabalho, os trabalhadores, detêm apenas o controle sobre a oferta de sua força de trabalho, a garantia de sua sobrevivência. O trabalho enquanto garantia da sobrevivência difere os trabalhadores daqueles que detêm os meios de produção, tendo em vista que a lógica da sociedade a época era de acumular, como explica Polanyi, o homem não busca a posse de bens, no intuito de enriquecer, busca a interação e o equilíbrio social. As motivações econômicas dos indivíduos estão atreladas as motivações de convívio em grupo.

Ele não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos. Nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens. Cada passo desse processo está atrelado a certo número de interesses sociais, e são estes que asseguram a necessidade daquele passo. (POLANYI, 2000, p. 65).

Essa nova estrutura social traz consigo novos produtos para comercialização. As relações de compra e venda, orientam a produção e sinalizam uma interdependência entre produção, comercialização e consumo.

O progresso industrial estava atrelado ao consumo. Cada vez mais os homens se moviam pelo consumo, em muitos casos não havia a consciência ou noção de que aquele produto poderia ser útil ou não, a importância estava na satisfação de necessidades subjetivas, o simples fato de consumir, de demonstrar socialmente capacidade de adquirir bens e produtos, apresentados em larga escala no mercado.

É na economia moderna que o consumo se caracteriza como ponto estruturante para o desenvolvimento de mercado e de expansão do capitalismo. Nestor Garcia Canclini (1999) considera o consumo como uma das dimensões do processo comunicacional, relacionando-o com práticas e apropriações culturais dos diversos sujeitos envolvidas neste sistema. Afirma

que por meio dele os sujeitos transmitem mensagens aos grupos sócio-culturais dos quais fazem parte.

Ainda segundo Canclini, o consumo não deveria ser visto somente como uma posse de objetos isolados, mas também como “apropriação coletiva” destes. Este processo consideraria relações de solidariedade e, principalmente, de distinção, através de bens e mercadorias que satisfazem no plano biológico e no simbólico, servindo também para enviar e receber mensagens (1999, p. 88).

Bauman descreve os aspectos que formaram e caracterizam a sociedade atual, a sociedade Pós-Moderna, reconhece a transitoriedade por algumas práticas de consumo (BAUMAN, 1999). Segundo Bauman, “os consumidores estão sempre ávidos de novas atrações e logo enfasiados com as atrações já obtidas” (1999, p. 92). Ainda, de acordo com o pensamento de Bauman, a formatação pós-moderna da vida social suscita uma condição humana na qual predominam o desapego, a versatilidade em meio à incerteza e a vanguarda constante de um “eterno recomeço”. É esse recomeço que nos leva a consumir, cada vez mais.

O advento da globalização econômica e o surgimento de novas tecnologias são fundamentais para a instauração da racionalidade mediada pelo consumo. Não podemos deixar de ressaltar que tais avanços representam inúmeros benefícios positivos e em contraponto os aspectos negativos.

Como benefícios, as novas tecnologias trazem a automatização e mecanização das atividades profissionais operacionais, o que ajuda muito na agilidade, objetividade e qualidade. A informação em tempo real é possível se saber no Brasil sobre uma notícia do Japão no mesmo segundo que está sendo apresentada lá; na democratização do conhecimento, pois todos, através da Internet têm acesso ao que a comunidade científica está produzindo em todo o mundo. Mas, por outro lado, é mais um fator de exclusão e discriminação para boa parte da sociedade, afinal, o uso empírico destas tecnologias torna-se obrigatório para um bom desempenho profissional. Pressionado por novos conceitos de qualificação determinados por uma cultura mundializada o cidadão mais uma vez é forçado a consumir. (BAUMAN, 1999).

A pressão para o consumo vai desde celulares de última geração, micro-computadores, aparelhos DVD ou qualquer outro aparelho do mundo pós-moderno, por mais que as pessoas relutem, terminam em situações onde será necessário o uso de suas funções, seja para auxiliar na qualidade do processo produtivo, para acelerar procedimentos profissionais, ou até mesmo para determinar a imagem pessoal.

A imagem pessoal, numa sociedade de consumidores, diria Bauman, é tornar-se uma “mercadoria desejável” uma espécie de princípio norteador para os mais valiosos sonhos e desejos. (BAUMAN, 2008).

Novas técnicas são desenvolvidas diariamente com a finalidade induzir as pessoas na crença de que precisam consumir aquilo que elas de fato não precisam. Os profissionais de Publicidade têm levado as pessoas ao consumo exagerado de produtos e/ou serviços dos mais diversos, buscando atingir o centro das suas fraquezas humanas, desestabilizando-as e forçando-as a comprar objetos com a promessa de que acrescentarão “algo” ao seu crescimento pessoal, social, cultural.

Afinal de contas, nos mercados de consumidores mercadorias, a necessidade de substituir objetos de consumo defasados, menos que plenamente satisfatórios e/ou não mais desejados está inscrita no design dos produtos e nas campanhas publicitárias calculadas para o crescimento constante das vendas. A curta expectativa de vida de um produto na prática e na utilidade proclamada está incluída na estratégia de marketing e no cálculo de lucros: tende a ser preconcebida, prescrita e instalada nas práticas de consumidores mediante a apoteose das novas ofertas (de hoje) e a difamação das antigas (de ontem). (BAUMAN, 2008, p.31).

No mundo globalizado, a televisão e os demais meios de comunicação, através do discurso publicitário direto e indireto, exercem grande pressão para que consumamos. A necessidade de adquirir mercadorias e serviços é atualmente produzida com grande força, através da relação existente entre as mídias e a sociedade.

O desejo de consumo se reproduz, sob a lógica da estruturação social. Que por sua vez, está sempre em constante movimentação e interage com as construções de natureza ideológica e com suas relações – representações mentais -, mesmo que distorcidas, da materialidade social.

Discernir sobre a dimensão do consumo se faz necessário, uma vez que garantir a qualidade de vida buscada por todos, aliado ao consumismo exacerbado, pode vir a ser algo patológico. Existe uma linha tênue que limita essas duas coisas. O bom senso é com toda certeza a melhor proteção para estas armadilhas do Marketing e da Publicidade, que envolvem o universo consumista. (BAUMAN, 2008)

Os valores presentes na sociedade atual estão direcionados para o desenvolvimento de estratégias e todas as expectativas de expansão, numa busca incessante do ser humano por

uma felicidade plena. Essa infindável luta que se constitui na procura de realização dos seus projetos pessoais e a instabilidade dos desejos, “uma intensidade de desejos sempre crescente” (BAUMAN, 1999).

Refletindo sobre o consumo como uma condição determinante dos dias atuais, encontramos em Bourdieu (2003), a explicação de que o consumo de bens pressupõe um trabalho de apropriação, do qual o indivíduo se utiliza para garantir, até certo ponto, o seu status social, a aceitação de um grupo.

Assim, o consumo pode ser encarado como uma forma de distinção, onde de um lado, há a apropriação, com inúmeras características que contribuem para esse consumo. Entender o consumo como fator de distinção social, poderá nos proporcionar um embasamento teórico inicial para trilharmos esse longo caminho que divide a sociedade em dois momentos: os que consomem e aqueles que de alguma maneira, reaproveitam o descarte do consumo.

Ainda em Bourdieu (2003), o consumo ultrapassa o universo economicista. Ao consumir determinado bem ou produto, o indivíduo está muito além de uma simples relação de oferta e procura. Em evidência estaria as nossas escolhas inteligíveis, o gosto. A transmissão dessa necessidade de consumir algo chega ao indivíduo por meio de informações técnicas, composta por características variadas, o que veremos mais adiante com maiores detalhes.

As características que nos levam a consumir produto A ou B seriam fruto da relação direta do *habitus*, compreendido pelo autor como a incorporação de todos os fatores de condição do indivíduo, inclusive o econômico.

É de fundamental importância o campo de estrutura de relações objetivas que distingue a disposição exigida pelo consumo das diferentes classes. A determinação estética, que poderia classificar algo como vulgar, em se tratando de vestuário, por exemplo, é tão somente a representação do socialmente constituído, acumulado durante anos. Esse reconhecimento é trazido do passado e reproduzido no presente, através das condições econômicas e sociais vivenciados pelo indivíduo, durante o período escolar ou na convivência com a família. (BOURDIEU, 2003.)

As práticas de consumo refletem as representações dos capitais acumulados por uma determinada classe. As práticas funcionam como uma espécie de agente unificador e excludente, ao tempo em que difere aqueles indivíduos dentro do campo social. Para Bourdieu o gosto é a aversão à preferências dos outros.

Os diferentes modos de consumir podem vir a criar um patamar de condição social, que não só determinam a que grupo ou classe os indivíduos pertencem, mas contribuem para o aumento discrepante das diferenças sociais, em termos de acessos a educação e a saúde, por exemplo.

A discussão acerca do consumo, não tem o objetivo de respaldar apenas os aspectos negativos sobre a sociedade de consumo e sim, o de compreender de maneira crítica o desenvolvimento acerca das relações sociais que se configuram na mediação entre o consumo e a reciclagem.

Dentre a lógica da sustentabilidade¹⁰, o consumo e lixo podem ser considerados duas faces de uma mesma moeda. Aos que possuem poder de compra, o prêmio culmina com o consumo, aos que não possuem poder de compra, cabe o lixo, composto pelo chamado material reciclável. A perspectiva da reciclagem, considerada como fator de economia de capital natural (CALDERONI, 2003).

Todo consumo exige um descarte. E é esse descarte que nos interessa como marco para delimitar o trabalho. A indústria dos novos bens e serviços que são substituídos quase que de maneira instantânea é a mesma que orienta a indústria da reciclagem. Diríamos que uma não sobrevive sem a outra.

1.2 A Indústria da Reciclagem no Brasil

Atingir padrões sustentáveis de consumo, com fins de garantir máxima preservação dos recursos naturais, tem sido pauta de preocupação mundial. Compreender como se dá a interação entre o homem e a natureza são questões discutidas mundialmente em vários eventos e conferências, no intuito de encontrar um meio termo possível capaz de amenizar os impactos, entre os diversos sistemas de produção e o meio ambiente.

Nesse sentido, em junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92. Deste encontro foi elaborado um programa de ações, denominado Agenda 21 que trata basicamente da aplicação dos conceitos de desenvolvimento sustentável, “aquele que harmoniza o imperativo do crescimento econômico com a promoção da equidade social e a preservação do patrimônio natural, garantindo, assim, que as necessidades das atuais

¹⁰ Sustentabilidade corresponde à adoção de práticas de produção mais limpa, consumo consciente aliado a práticas de conservação do meio ambiente. (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991.p.08).

gerações sejam atendidas sem comprometer o atendimento das gerações futuras”. (RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1987, p.09).

De acordo com Sachs, desenvolvimento sustentável pretende aliar crescimento econômico ao desenvolvimento social, com vistas à inserção no mercado de produtos que interfiram cada vez menos na natureza e proporcione a inclusão social, pontos que são reconhecidos como “chaves” para o desenvolvimento do Brasil. (SACHS, 2003).

Nesta perspectiva de aliar crescimento econômico e desenvolvimento, mais uma vez, em 2012, o Brasil sediou o encontro Rio+20, a conferência das Nações Unidas, que desta vez trouxe a pauta a discussão “a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza”. A ideia é que os países membros adotem um modelo de desenvolvimento econômico aliado com a sustentabilidade do meio ambiente e socialmente justo.

Para Magera a reciclagem se apresenta como uma forte aliada ao desenvolvimento sustentável, uma vez que concerne como uma “alternativa social e econômica à geração e concentração de milhões de toneladas de lixo produzidos diariamente pelos grandes centros urbanos” (MAGERA, 2005, p.102).

Para compreender melhor a indústria da reciclagem, devemos distinguir alguns conceitos. O primeiro deles seria o lixo, lixo em seu sentido mais amplo seria tudo o que se descarta, joga fora, um produto sem valor. (CALDERONI, 2003, p.49).

Outro conceito importante no contexto é o Resíduo: considerado qualquer material que sobra após uma ação ou processo produtivo. Boa parte dos resíduos gerados nas diversas atividades humanas pode vir a ter valor comercial, desde que manejados corretamente, podem ser destinados à reciclagem. Assim, a reciclagem corresponde à re-introdução dos resíduos sólidos no processo produtivo.

Segundo Calderoni, a reciclagem apresenta relevância ambiental, econômica e social, com implicações que se desdobram em esferas como as seguintes: organização espacial, preservação, conservação e geração de emprego e renda. (2003, p. 09).

Segundo Magera (2005), a reciclagem pode vir a diminuir a poluição do solo, água e ar, contribuir com a limpeza urbana, com a qualidade de vida da população e ainda proporcionar emprego e renda aos trabalhadores com mão de obra tanto qualificada, quanto os catadores de materiais recicláveis.

Mesmo a reciclagem sendo uma atividade industrial, só há matéria prima disponível no mercado, mediante a conscientização da sociedade, que colaborara com a coleta seletiva

e por meio dos catadores que repassam o material limpo e separado por categorias de uso (adiante, vamos discorrer detalhadamente sobre o assunto).

Adotar práticas de consumo consciente e separar os materiais possíveis de reciclagem de acordo com o programa de coleta seletiva, além de contribuir para a indústria da reciclagem, como afirma o portal 'Lixo.com. br': “é também uma alternativa ecologicamente correta que desvia, do destino em aterro sanitários ou lixões, resíduos sólidos que podem ser reciclados”.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apura que a produção de resíduo decorrente do descarte do consumo - o lixo domiciliar atinge no Brasil a marca de 57 milhões de toneladas anuais. Deste volume de resíduos sólidos urbanos, apenas 2,4%, retornam ao ciclo produtivo de mercadorias por meio da cadeia produtiva da reciclagem industrial, sendo este percentual reduzido, se comparado ao praticado nos países europeus, cuja média de reciclagem de resíduos sólidos está na ordem de 45%.

Além de se adequarem aos critérios ambientais por necessidade de certificação, devido ao aumento no rigor da legislação ambiental vigente, as indústrias percebem a necessidade de adequação às demandas do consumidor consciente, que adota critérios ambientais nas decisões de consumo. Na busca pela sustentabilidade, e claro, garantir os lucros, algumas indústrias vêm atuando diretamente apoiando projetos socioambientais, no intuito de tentar compensar o impacto de suas atividades, a chamada responsabilidade social.

Responsabilidade Social, segundo Cremasco (2009) corresponde à “obrigação dos homens de negócio de adotar linhas de atuação que sejam compatíveis com os valores da sociedade”. A preocupação das empresas com a Responsabilidade Social envolve produtos com qualidade, produzidos com segurança, respeito aos empregados e principalmente sem que haja consequências destrutivas ao meio ambiente.

No intuito de responder a essas necessidades, o capital industrial vem estimulando o desenvolvimento de novas indústrias de reciclagem. Segundo o CEMPRE, em 2007, o número de empresas de reciclagem correspondia a mais ou menos 2361 em todo país.

Segundo o IBGE, em 2008, 91,5% das latas de alumínio foram recicladas. O alumínio, durante o processo de reciclagem, usa apenas 5% da energia que seria utilizada para produzi-lo a partir da bauxita.

Quando o aço é produzido inteiramente a partir da sucata, a economia de energia chega a 70% do que se gasta com a produção de origem do mineral. Além de redução de

85% de poluição do ar e 76% do consumo de água, eliminam-se todos os resíduos decorrentes da atividade de mineração¹¹.

O papel de jornal produzido de papel reciclado requer de 25 a 60%, dependendo do tipo de papel, menos energia do que a energia necessária para obter o papel da polpa da madeira. O papel feito com material reciclado reduz 74% dos poluentes liberados no ar e em 35% os que são despejados na água, além de preservar algumas espécies de árvores. No Brasil, (CEMPRE, 2009) 46% do papel que circulou no país retornou para a reciclagem, aproximadamente 642.300 mil toneladas. Ainda em ganhos de energia, a reciclagem do vidro proporciona uma economia de aproximadamente 70% da energia quando comparada ao processo de produção.

Outro material reciclado em escala industrial e significativo no Brasil é o plástico. Em 2009, 21% do plástico inserido no mercado brasileiro, retornaram para reciclagem, na Europa esse índice chega a 18%. A economia de energia no processo de reciclagem do plástico chega a 50% comparados a produção original. Com a reciclagem do plástico a economia de energia representa 86% comparado com o sistema de produção a partir do petróleo, além da economia de uma fonte esgotável de matéria-prima. (CEMPRE, 2009).

Os números apresentam que além de ganhos ambientais a atividade da reciclagem se configura como uma atividade rentável e em crescente abertura de novos mercados.

O desenvolvimento de novas técnicas possibilita que o reaproveitamento de alguns materiais, transformados em matéria-prima para a confecção de outros produtos, como é o caso da reciclagem do PET¹² que permite a fabricação de sacolas plástica, baldes, embalagens para água sanitária, entre outros, um processo simples, que em muitos casos faz-se apenas com a utilização de uma única máquina.

A complexidade industrial no processo de utilização de materiais recicláveis pode ser observada na indústria de geração de energia (elétrica ou térmica) a partir de resíduos orgânicos. O processo requer investimentos em larga escala direcionados à pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Estima-se que no mundo já existem cerca de 600 unidades de Indústrias de Transformação do lixo em Energia.

Segundo o SEBRAE, no Brasil, os maiores percentuais das indústrias de reciclagem são de micro e pequenas empresas. Empresas de pequeno porte que atuam em média com 05 a 10 empregados e não exigem alto valor agregado ao processo de produção. (SEBRAE, 2011).

¹¹ Ministério do Meio Ambiente. 2011.

¹² PET - Politereftalato de etileno.

Outro aspecto relevante quanto a importância da expansão da indústria de reciclagem no Brasil acontece sob o aparato legal. Leis e regulamentações vêm sendo implantadas no Brasil, a fim de regular, não apenas, o destino dos resíduos sólidos, mas o papel da indústria da reciclagem e o fomento à economia.

Este avanço reflete na Lei 12.305 de 2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos. A Lei institui as diretrizes relativas à gestão integrada e à responsabilidade compartilhada (poder público e indústrias) dos resíduos sólidos gerados no Brasil. A responsabilidade compartilhada diz respeito às atividades previstas na logística reversa¹³, que transfere para a indústria o compromisso em retirar do meio ambiente, produtos descartados considerados nocivos à saúde humana e ao meio ambiente, como por exemplo, as embalagens tetrapark.

A Lei 12.305, segundo o CEMPRE, afirma-se como marco histórico para a indústria de reciclagem no Brasil, uma vez que estão previstos investimentos financeiros por parte do governo, para que as empresas possam galgar infraestruturas e tecnologias que atendam o cumprimento da legislação. Este cenário contém relevantes aspectos sociais envolvidos, já que a lei regulamenta o incentivo a criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais recicláveis.

Além do forte apelo ecológico a indústria da reciclagem, particularmente no Brasil, tem a seu favor a crescente expansão dos catadores de materiais recicláveis, seus principais “fornecedores”. Portadores de incipiente qualificação profissional são pessoas que engrossam o contingente dos que têm na coleta e separação de materiais recicláveis, muitas vezes, o único meio de sobrevivência.

De acordo com o Cadastro Brasileiro de Ocupações - CBO¹⁴, desde 2002 a atividade de catador é considerada uma atividade autônoma e configura-se como parte de um processo coletivo, a ponta da cadeia produtiva, combinando o trabalho que começa na rua e continua na indústria de reciclagem. Segundo o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR estima-se que no Brasil, são mais ou menos 900 mil catadores de materiais recicláveis.

Segundo o Movimento Nacional dos Catadores, tal aumento deve-se em conta dos altos índices de desemprego e o crescimento da indústria reciclagem favorece a entrada de

¹³ Logística Reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

¹⁴ <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>

grupos excluídos na atividade de catador, como última alternativa na busca pela sobrevivência.

Como afirma SACHS, a reciclagem de resíduos oriundos do lixo demanda intensivo uso de mão de obra, criando centenas de empregos financiados pela economia realizada na reutilização de sucatas, este fato evita sobremaneira o uso de matérias primárias usada na industrialização (SACHS, 1993).

Para Magera, a reciclagem está intimamente ligada ao modelo capitalista de produção a constituição da cadeia produtiva da reciclagem se consolida no entrelaçamento de discursos e condições históricas relativamente recentes na busca por uma harmonia mínima entre a produção e o descarte. Integra-se a esta demanda o trabalho de catadores e associações de recicladores, atuando na primeira etapa do processo, recolhem, separam e comercializam os resíduos recicláveis. (MAGERA, 2005, p.108).

1.3 Uma Nova Profissão: Os Catadores de Materiais Recicláveis

O destino dado aos materiais descartados pelo consumo é um dos grandes desafios da nossa época. O problema do “lixo” se equipara a problemas ambientais de soluções complexas, como a escassez de água potável, o desmatamento das florestas em grande escala, o efeito estufa, entre outros.

O descarte do lixo, ou a gestão de resíduos sólidos, ocupa um repertório de necessidades coletivas. No Brasil, a coleta seletiva, em maioria, ocorre informalmente por meio do trabalho dos catadores, muitas vezes denominados de papeleiros, garrafeiros, sucateiros e tantas outras definições pejorativas.

O fato é que seja em tempos atuais ou em outros momentos, o catador sempre esteve presente no processo de gerenciamento de resíduos, trabalhando a margens do acelerado ritmo de consumo da sociedade. Sociedade que por sua vez, não reflete – a maioria – sobre o consumo de determinados produtos e muito menos sobre a geração de resíduos. A ideia geral, podemos até afirmar, o consenso social é de que a problemática do “lixo” é um assunto para debate em níveis de governo, indústria e entre ambientalistas.

Segundo Magera “os impactos da geração de lixo refletem sobre a organização do espaço urbano, as políticas públicas de saúde, qualidade de trabalho das pessoas ligadas à

coleta e a disposição final dos resíduos” (2005, p.27). Assim, os problemas oriundos da produção excessiva de “lixo” devem ser discutidos em todos os níveis e esferas sociais.

Os catadores de materiais recicláveis, estão divididos entre uma maioria que coleta os materiais nas ruas e uma minoria organizada em cooperativas de trabalho.

O preconceito social que envolve os catadores de materiais recicláveis tem suas raízes históricas, no preconceito contra os pobres, descritas por Polanyi: “na metade do século XVI, os pobres representavam um perigo para a sociedade, sobre a qual desciam com exércitos inimigos, no final do século XVII constituíam apenas uma carga para os impostos”. (2000, p. 130).

Desta forma, questões relacionadas à gestão de resíduos sólidos demandam uma complexidade composta por aspectos econômicos, políticos, psicológicos, sanitários, ambientais e sociológicos.

Todos os aspectos devem ser pensados de modo interativo, mesmo porque do ponto de vista social a gestão dos resíduos sólidos inclui a discussão sociológica a respeito de grupos humanos marginalizados, no caso representado pelos catadores, cuja exclusão social está marcada não só segundo o prisma dos bens materiais, mas, sobretudo da “economia moral”, analisada por Jessé Souza¹⁵.

O distanciamento econômico ou a discrepância de renda é cada vez maior entre a população brasileira. Segundo Scalon, a educação é o ponto chave para justificar os altos níveis de desigualdades entre os brasileiros.

O valor instrumental da educação: ela é notada predominantemente como ferramenta de capacitação para o mercado, como meio de mobilidade social via ocupação. Diferentemente de outras elites nacionais, as nossas não destacam o papel da educação como mecanismo de conscientização política que tornaria os excluídos mais aptos para reivindicar sua inclusão no sistema. Ela é vista como um recurso de mobilidade individual e de formação de capital humano. (SCALON, 2010, p.49).

Aqueles que não conseguem o acesso aos serviços públicos básicos, como educação e saúde, vivem condenados, à margem da sociedade e empurrados cada vez mais para a exclusão. A exclusão não é resultado apenas das relações de mercado e sim exclusão do acesso à cidadania.

¹⁵ Economia Moral: Um conjunto de predisposições que explicam o comportamento prático de cada um de nós – que leva ao sucesso – disciplina, autocontrole, habilidades sociais, etc. (SOUZA, 2009, p.43).

Consideramos que o aumento do contingente da população de catador, radica de um conjunto de fatores econômicos, interassociados ao processo de reconfiguração do trabalho enfrentado pelo Brasil nos últimos anos e aos fatores culturais e históricos presentes na sociedade brasileira, que mantém um distanciamento fenomenal entre classes desde sua formação.

A ideia de que alguém é pobre por culpa de seu único e exclusivo fracasso é uma reflexão imposta pelo liberalismo econômico, que considera todos os indivíduos em pé de igualdade para enfrentar e encarar as exigências do mercado profissional. (SOUZA, 2010).

Ao ler os relatórios produzidos pelo grupo de pesquisa “Cultura e Política do Desenvolvimento”, observamos que os catadores em sua maioria são indivíduos, membros de famílias desestruturadas, filhos de pais que não tiveram nenhuma experiência pessoal exitosa, seja na escola, seja no trabalho. Essa observação condiz com as análises realizadas por Jesse Souza a respeito dos valores transmitidos de pais em situação de exclusão, para os filhos, que marcam e definem a reprodução social da exclusão.

É emblematicamente exemplificado em teorias como a da escolha racional, em que vigora a ideia de um indivíduo plenamente dono de si que responde conscientemente por todas as suas ações (...) a maioria de nossas ações são pré-reflexivas, condicionadas por disposições e motivações irracionais que incorporamos inconscientemente em nossa trajetória de vida. (SOUZA, 2006, p.288)

Segundo Souza, o liberalismo econômico insere em nosso diálogo o senso comum de que a culpa do fracasso econômico está diretamente relacionada à família. Embora, a família também seja a representação do outro. E a família enquanto núcleo de uma classe social¹⁶ repassa aos seus filhos; os mesmo valores e comportamentos. Os valores e comportamentos passados pelos pais aos filhos da classe média, por exemplo, são determinantes para a competição social e profissional; exigidos por uma sociedade pautada na meritocracia: autocontrole, disciplina e pensamento prospectivo.

A compreensão do universo de valores dos sujeitos da investigação permitiu analisar os catadores de materiais recicláveis e as cooperativas, não apenas como uma atividade econômica alternativa ao mundo do trabalho e sim, como sujeitos inseridos em uma lógica afirmativa de sobrevivência.

¹⁶ Classe Social, avaliada como algo de valor simbólico e não acesso a renda. (SOUZA, 2009).

Constituídos entre os aspectos negativos da exclusão social, o trabalho coletivo, pode assumir valores e receber um novo significado, na construção dos aspectos positivos na identidade dos trabalhadores.

No âmbito do trabalho, o exercício da profissão de catador é considerado atividade autônoma ou por conta própria. A coleta de materiais recicláveis afigura-se como parte de um processo coletivo que começa na rua e continua na fábrica de reciclagem.

Os catadores de materiais recicláveis, à moda do período manufactureiro, se transformaram em vendedores de mercadorias, prestadores de serviços, fornecedores de materiais recicláveis.

Com a organização dos trabalhadores, em cooperativas, os catadores de materiais recicláveis materializam um dos novos personagens do trabalho reestruturado; estão integrados ao circuito mercantil e produtivo, mas excluídos de condições sociais que lhes asseguram os meios de proteção legais e institucionais, relacionados ao seu estatuto de trabalhador.

Os catadores de materiais recicláveis assumem uma função primordial no processo produtivo da indústria de reciclados, visto que são fornecedores de trabalho “materializado” - fornecem a matéria-prima para as indústrias – sendo que a compra e venda de sua força de trabalho está encobertas, na compra e venda dos materiais.

O bom desempenho profissional do catador depende exclusivamente, da força corporal empregada e a quantidade de mercadorias que remete cotidianamente às empresas. Assim, um dos fatores que determinam a remuneração é a força de trabalho e a quantidade de material coletado, sem considerar o tempo dispensado para realizar a atividade.

O que de alguma maneira contribui para o preconceito sofrido pelos catadores de materiais recicláveis, já que o exercício do trabalho não possui valores socialmente reconhecidos, como o trabalho intelectual. Segundo Souza:

O trabalhador corporal não tem nenhuma possibilidade de fazer isso, ou seja, não tem acesso a nenhuma via de escape de pressão psíquica que sua entrega ao trabalho exerce e nem de reconhecimento, uma vez que o potencial artístico e intelectual de sua ocupação não é socialmente respeitado como válido. Ele não tem a sensação de produção de si, pois sua posição moralmente desqualificada na divisão simbólica do trabalho não permite. (2006, p.314).

Segundo o CEMPRE, os catadores de materiais recicláveis são os maiores responsáveis pelos altos índices de reciclagem de alguns materiais, tais como latas de

alumínio (73%) e papelão (71%). Em ambos os casos o Brasil situa-se em posição de destaque no cenário mundial. O que contribui para que as cooperativas transformem-se em empreendimentos cada vez mais rentáveis. O processo de formalização e reintegração ao mercado de trabalho proposto por algumas iniciativas de políticas públicas tem proporcionado aos catadores a possibilidade exercerem suas atividades em grupos - cooperativas, institucionalizados, com personalidade jurídica própria.

Segundo Jessé Souza é possível observar outros aspectos presentes no cotidiano dos cooperados, cujas vidas marcadas na extrema vulnerabilidade social (violência, drogas) o trabalho de catador é entendido como mera atividade de subsistência, emergencial. Este aspecto assume alta relevância nas relações entre possibilidades e impossibilidades de as cooperativas estudadas desenvolverem o modelo de cooperativismo autogestionário, alicerçado nos princípios da economia solidária, como veremos adiante.

2. FATORES DE SUSTENTAÇÃO AO COOPERATIVISMO

Este capítulo busca relacionar os aspectos envolvidos no surgimento do cooperativismo de modo geral, a legislação brasileira e as políticas públicas que incentivam e orientam a formação de cooperativas, com a intenção de confrontar o aparato legal com as dificuldades apresentadas ao cooperativismo popular, o apoio institucional através de programas e projetos: às tecnologias sociais disponíveis, as incubadoras de cooperativas populares e empreendimentos solidários.

2.1 Cooperativismos de Catadores de Materiais Recicláveis: Origens e Aspectos Legais

2.1.1 O Sistema Cooperativista de Trabalho – Breve Reconstituição Histórica

Como organização de sistemas coletivos de trabalho o cooperativismo não é um modelo inédito ou resultado das estruturações econômicas, operadas recentemente. Alguns pesquisadores identificam o movimento cooperativista em períodos antes de Cristo, antecedendo a civilização romana¹⁷.

O modelo de cooperativismo, conhecido atualmente, teve origem por volta de 1844 com a inauguração do primeiro armazém cooperativo na Inglaterra, conhecidos como os “Pioneiros de Rochadale”. O encadeamento histórico que envolve o período descreve a Europa marcada por grandes transformações econômicas, que internalizavam outros tipos de conflitos na vida em sociedade, um deles as relações de trabalho. Como relata Polanyi, “o trabalho era visto como uma mercadoria”, completamente abstraída das razões humanas.

Os modos de produção capitalista, baseado na exploração do trabalho e nos ganhos de capital, designavam ao trabalho, a tarefa, de inserir os homens em sociedade e garantir a sobrevivência.

“Esta suposta mercadoria, “a força de trabalho”, não pode ser impelida, usada indiscriminadamente, ou até mesmo, não utilizada, sem afetar também o indivíduo humano que acontece ser o portador dessa mercadoria peculiar. Ao dispor da força de trabalho de um homem, o sistema disporia, também, incidentalmente, da entidade física, psicológica e moral do homem ligado a essa etiqueta.” (POLANYI, 2000, pag. 95).

¹⁷ Magera. 2005.

Envolvidos pelas ideias de Robert Owen¹⁸, alguns tecelões fundam uma sociedade baseada em ajuda mútua. A sociedade congregava trabalhadores que não exerciam influência alguma nas decisões dos empregadores. A união tinha como objetivo, alavancar alternativas capazes de reverter situação de desemprego e fome que assolava a região. E, sobretudo, contrariar a vertente individualista imposta pelo sistema capitalista.

O movimento reformador dos pioneiros reflete de forma clara uma postura altamente democrática, humanística, deixando antever uma clara postura contrária e de resistência à forma individualista e desumana com que o capitalismo à época agia. (Keil;Monteiro, 1982,p.46)

O movimento ficou conhecido como: “28 Tecelões de Rochdale”. A união desses trabalhadores estava pautada numa junção de valores e princípios, que até os dias de hoje compõem as diretrizes do sistema de implantação de cooperativas, validado em 1995, em Viena no Congresso do Centenário do Cooperativismo (MAGERA, 2005, p.105), são eles:

- a) Adesão livre e voluntária;
- b) Controle democrático;
- c) Participação econômica dos sócios;
- d) Autonomia e Independência;
- e) Educação, treinamento e informação;
- f) Cooperação entre as cooperativas;
- g) Preocupação com a comunidade.

Keil e Monteiro (1982), afirmam que estes princípios não nascem com a sociedade, “surtem com o processo de afirmação”. Os autores descrevem “neutralidade”, presente no princípio de autonomia e independência, que surge no intuito de evitar conflitos, religiosos, por exemplo, entres os sócios. A ideia era a de que a cooperativa deveria ser um ambiente neutro e que as discussões estivessem pautadas no desenvolvimento de suas atividades produtivas.

Os princípios de que todos os sócios são responsáveis pelo capital social da cooperativa e de que os lucros devem ser repartidos de maneira igualitária entre todos, transparece em sua origem, que a constituição de uma cooperativa estaria pautada em valores morais e solidários.

¹⁸ Robert Owen líder do movimento pioneiro de cooperativas em Rochdale. (KEIL; MONTEIRO, 1982).

Os cooperados de Rochdale tinham como palavra de ordem a solidariedade e a doação com que os membros deveriam conduzir suas atividades. Eram excluídos do grupo sentimentos egoístas, preservando os aspectos subjetivos, morais e de conduta, pertinentes à sociedade da época.

Os bons resultados apresentados pela cooperativa de Rochdale ganharam proporções significativas, sempre alvo de comentários e discussões, como uma nova forma de organização empresarial, e a constatação de que seria possível uma nova estrutura capaz de interligar os ganhos produtivos com o desenvolvimento do trabalho, mas, tendo como meta a superação do capital financeiro em favor de relações mais humanas e respeitadas ao trabalhador. Surgem as principais características das relações associativas que conhecemos atualmente.

A modernização da indústria, os avanços da globalização econômica e a crescente racionalidade das relações de trabalho, remete ao cooperativismo um papel, tanto quanto, intermediário, entre as relações de trabalho e produção.

Segundo Oliveira (2003), o cooperativismo pode ser definido como um instrumento que pode ser utilizado – do ponto de vista da tentativa de transformar as formas de produção, por exemplo – como mecanismo da luta de classes.

A compreensão sobre a definição de cooperativismo desencadeia a ideia de que o conceito de cooperativismo está amparado em uma filosofia moderna de desenvolvimento empresarial e comercial, e que o fator humano deve ser primordial, diante do capital financeiro.

Sobre a valorização das relações humanas e o cooperativismo, Ricciardi e Lemos (2000, p.65) consideram:

O objetivo principal da instituição cooperativa é melhorar a situação econômica de seus membros. A finalidade da cooperação é formar homens responsáveis e solidários, a fim de que cada um atinja uma completa realização pessoal e, todos juntos, uma completa realização social.

O papel da valorização humana é de fundamental importância para o desenvolvimento do cooperativismo, que entre as características que inferem como uma empresa deve valorizar os cooperados como pessoas, além da satisfação pessoal e coletiva do grupo, tais motivações incidem diretamente sobre os resultados dos processos de produção, ou seja, sobre os resultados financeiros, o que representa a divisão entre todos.

A divisão dos resultados financeiros de uma empresa cooperativa entre todos os seus membros está amparado na ideia de consciência coletiva¹⁹. Os ganhos são coletivos, mas, só existirão com o empenho e o esforço individual de cada associado. Assim, lucro, abstrai de sua concepção, o sinônimo de exploração da força de trabalho e passa a ser representado pelo trabalho coletivo e participativo entre todos os cooperados.

Entre os aspectos do moderno cooperativismo, Ricciardi e Lemos (2000, p. 96) observam que:

- a) O cooperativismo prega o predomínio do trabalho sobre o capital e constitui-se sistema econômico alternativo em relação ao capitalismo e socialismo de estado e poderia tornar-se, em algum país, o sistema predominante.
- b) No capitalismo e no socialismo de Estado, é o capital que mantém total autonomia e decisão empresarial.
- c) É o capital que assume o risco, a gestão e arrenda o trabalho, pagando-lhe uma taxa fixa. Pago o arrendamento, o trabalho e outros custos, o capital se apossa de todo o excedente gerado.
- d) No sistema cooperativista pretende-se criar o predomínio do trabalho sobre o capital. O risco e a gestão da empresa pertencem ao trabalho. O voto não está relacionado e não é proporcional ao capital que cada pessoa possui dentro da cooperativa, mas é igual para cada um dos associados.
- e) O trabalho, assumindo o risco e a gestão, paga uma taxa de arrendamento do capital e depois de pago o capital e outros custos da cooperativa apossa-se de todo o excedente gerado.
- f) Numa visão cooperativa não pode, portanto, existir salário fixo equivalente a um arrendamento do trabalho.

O modelo cooperativista privilegia o trabalho e não o capital privado; nesta relação sustenta-se o igualitarismo, a isonomia dos direitos e deveres. O excedente gerado deverá ser dividido entre todos os trabalhadores do grupo, independente da função desempenhada, do contrário, haveria exploração do trabalho pelo capital e conseqüentemente, não haveria diferenciação entre as tantas outras empresas existentes.

Segundo Lima (2004, p. 47), Marx destacou os avanços do cooperativismo no combate ao capitalismo, mas ressalva os riscos de os trabalhadores se autoexplorarem, dado o fato de serem patrões de si mesmos.

No Brasil, os primeiros relatos sobre a constituição de cooperativas datam do século XIX, com a criação da Associação Cooperativa dos Empregados, em 1891, na cidade de Limeira, e da Cooperativa de Consumo de Camaragibe, em Pernambuco, em 1894²⁰.

¹⁹ A consciência coletiva constitui o "conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade, formando um sistema determinado com vida própria". (DURKHEIM, 2004).

²⁰ Panorama do Cooperativismo Brasileiro: História, Cenários e Tendências. (SILVA et al,2003).

Até então, a formação de cooperativas se expandiam de forma isolada, especificamente na área rural. Os objetivos eram propor soluções rápidas diante de problemas econômicos e sociais de pequenos grupos de produtores rurais, que não tinham a pretensão de expandir as atividades.

A partir de 1932 o movimento de cooperativas no Brasil, passa a ser incentivado pelo Estado, como instrumento de reestruturação produtiva do setor agrícola, conseqüentemente atrelado ao aparato jurídico, que consolida a atividade cooperativista no país.

As cooperativas agrícolas, ao longo da primeira metade do século XX, não apenas se mostraram como as mais importantes em termos de volume de negócio como também foram as principais responsáveis pela difusão do ideário cooperativista no país. (Silva et al, 2003, p.78).

Nesse período surgem as principais leis para a regulamentação da atividade cooperativista, como a publicação do Decreto nº 22.239 de 1932, considerado o marco legal do cooperativismo brasileiro.

2.1.2 Cooperativismo e os Aspectos Legais

Interpretar os aspectos históricos e legais que marcaram o surgimento do cooperativismo no Brasil permite visualizar a evolução do movimento, diante dos processos econômicos vigentes em cada período.

Como observamos as cooperativas nascem, inicialmente, como movimentos de resistência às injunções impostas ao trabalho pelo capitalismo. Apesar de apresentar em seu surgimento um caráter social, “estas não nasceram para fazer frente ao sistema capitalista, mas para reduzir seus efeitos perniciosos sobre os cidadãos.” (POLONIO, 2001, p.26).

O que se coloca é a união como força motriz de alcance de lucros que sendo para todos o é para cada um. O modelo cooperativista se afirma como resistência aos cânones individualistas do lucro de particulares.

O cooperativismo surge no Brasil para incentivar a produção rural, o Estado incentiva o apoio à formação de cooperativas, no intuito de garantir os níveis de produção agrícola, dispondo aos pequenos produtores uma visão empresarial da pequena propriedade rural. Bursztyn (2008, p.76) observa:

O Estado incentiva a união de produtores individuais como uma maneira eficaz de tornar viável o desenvolvimento das forças produtivas no campo, ele define esta união como um instrumento de transformação dos produtores em empresários. Ou seja, o cooperativismo se apresenta atualmente no Brasil como uma forma ambígua de associação, bem diferente dos princípios originais dos Pioneiros de Rochdale.

O modelo de trabalho cooperativista vigente no Brasil está sustentado em arcabouço jurídico legal, cujas dimensões interferem decisivamente e atuam como bloqueios ao chamado campo do cooperativismo popular voltado para a inclusão produtiva de grupos socialmente vulneráveis, conforme se observará no capítulo a seguir que discute os resultados da investigação empírica junto às duas cooperativas do estudo.

O arcabouço legal que rege as cooperativas no Brasil, tem início com a publicação do Decreto nº 1637 de 05 de Janeiro de 1907, cujo Art.10º declarava que as cooperativas poderiam ser sociedades anônimas ou em comodato e que deveriam ser regidas pelas leis específicas de acordo com as modalidades de associação.

Vale salientar, a crise econômica vivenciada pelo mundo, na década de 30, repassava seus terríveis efeitos à economia brasileira; os produtores rurais foram os mais afetados especificamente os produtores de café, que com a queda dos preços mundiais tiveram seus mercados restritos.

Em 1932 o Decreto 22.239, regulamenta a Lei de 1907, com o objetivo de intervir nas relações de trabalho e de propor melhores salários. Com a economia voltada ao estímulo da produção interna e o setor agrícola, o mais dinâmico, os incentivos ao cooperativismo representavam uma espécie de ordenamento as atividades agrárias, com vias de minimizar os efeitos do desemprego, decorrente da crise mundial.

O então Presidente Getulio Vargas, cujo governo foi marcado por uma forte intervenção estatal, promulgou o Decreto nº 581 de 1938, que estabelecia padrões próprios ao funcionamento das cooperativas agrícolas, agora como unidades empresarias de caráter próprio e fiscalizado diretamente pelo Ministério da Agricultura, da Fazenda, do Trabalho e do Comércio.

O Decreto estabelecia rigoroso controle estatal sobre as atividades cooperativistas; diversas alterações modificaram o Decreto de 1932 e novas regulamentações foram inseridas entre elas, o incentivo e financiamento ao desenvolvimento de cooperativas por parte do governo. (Art.2º §2).

Vale salientar que o Governo Vargas previa uma legislação centralizada e subordinada ao aparelho do Estado. A ideia era formar cooperativas como unidades produtivas, capazes de

contribuir com a superação da crise econômica, mas em concordância com os objetivos do governo. Segundo Bursztyn, “a intervenção do Estado, no tocante ao cooperativismo, se dá nos níveis de sua organização administrativa interna, da sua integração com os outros setores da sociedade e da sua importância enquanto instrumento político”. (2008, p.90)

Contudo, o estabelecimento de uma Lei geral para regulamentação do cooperativismo só viria a ocorrer com a publicação do Decreto-lei nº 59, de 21 de Novembro 1966, que define a política nacional de cooperativismo e cria o Conselho Nacional do Cooperativismo, de acordo com o descrito em seu Art. 1º:

“Compreende-se como política nacional de cooperativismo a atividade decorrente de todas as iniciativas ligadas ao sistema cooperativo, sejam originárias do setor privado ou público, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse público.” (BRASIL, 1966.).

Segundo Bursztyn (2008), a lei correspondeu a um instrumento político, utilizado pelo governo à época, com vistas a “evitar um choque frontal”, entre os grandes latifundiários e os trabalhadores rurais. O cooperativismo surge como um mecanismo utilizado pelo Estado para apaziguar as relações de descontentamento entre os trabalhadores, quando permite a livre associação, a fim de criarem sua própria unidade produtiva.

A década de 70 foi marcada pela reestruturação da economia brasileira e a expansão econômica – milagre econômico. Os objetivos consistam em “criar um esquema não inflacionário de financiamento da acumulação do capital”. (PIRES, 2010, p.193). A ideia era estimular a produção interna de bens de consumo duráveis.

E como parte integrante da reestruturação econômica, em 1971, a criação do regime jurídico das sociedades cooperativistas, através da Lei nº 5.764 de 16 de Dezembro de 1971, “Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro.” (BRASIL, 1971).

Art. 4º As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

- I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;
- II - variabilidade do capital social representado por quotas partes;

- III - limitação do número de quotas partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;
- IV - inacessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;
- V - singularidade de voto. podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;
- VI - quórum para o funcionamento e deliberação da Assembléia Geral baseado no número de associados e não no capital;
- VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral;
- VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;
- IX - neutralidade política e discriminação religiosa, racial e social;
- X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;
- XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços. (BRASIL, 1971).

“A Lei estabelece os princípios que devem ser seguidos pelas cooperativas e que devem teoricamente diferencia-las das outras formas de sociedade”. (BURSZTYN, 2008, p.90)

Mesmo com características próprias as cooperativas, de acordo com a legislação, deveriam obedecer aos mesmos parâmetros jurídicos que as demais sociedades empresariais. O Artigo 28 da Lei 5.764, determina que cada cooperativa deve criar um fundo de reserva, fundo que deve ser destinado a “cobrir perdas e promover o desenvolvimento de suas atividades”.

Como salienta Bursztyn (2008, p.91) “a legislação impõe diretamente uma mentalidade capitalista e indiretamente pela educação cooperativista patrocinada pelo Estado”.

A Constituição Federal de 1988 inaugurou uma nova ordem política e econômica, principalmente ao prever a liberdade individual e coletiva, “rompendo com o governo intervencionista e controlador do Regime Militar” (SILVA et al, 2003,p.43). Um novo formato é desenvolvido para o regime de cooperativismo, no qual se destaca a liberdade deste em relação aos controles estatais.

Art.5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade nos termos seguintes:
(...)

XVIII – a criação de associações e na forma da lei, a de cooperativas independem da autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento. (BRASIL, 1988).

Ainda de acordo com Silva e outros (2003, p.46), a Constituição Federal de 1988 trouxe a autonomia necessária ao funcionamento das cooperativas já que:

Proporcionando o desenvolvimento dos mais variados ramos de cooperativismo, de forma independente e autônoma, através da ruptura com a histórica ligação do cooperativismo brasileiro aos órgãos estatais, indo ao encontro das concepções basilares do movimento, que incluem a emancipação e a libertação humanitária dos cooperativados contra qualquer tipo de estrutura dominadora e exploradora.

O parágrafo XVIII da Constituição Federal, responde diretamente ao estabelecido no Artigo 174, da Lei 5764/71 que orienta o apoio estatal ao funcionamento das cooperativas, como:

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado. (Brasil, 1971).

A Constituição Federal define os princípios sobre o funcionamento de uma unidade cooperativa. Embora, sempre condicione a regulamentação, o funcionamento, as obrigações fiscais e tributárias a Leis complementares e anteriores, conforme o Art.146:

III - estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:
(c) adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas. (BRASIL, 1988).

Segundo Polonio (2001, p.29), os dispositivos constitucionais mencionados foram redigidos como se o legislador não quisesse assumir a responsabilidade futura na efetivação das práticas sugeridas. Ou seja, o ato reconhece o diferencial das atividades desenvolvidas pelas cooperativas, mas atribui legislação tributária comum às demais empresas.

A Constituição Federal de 1988, não prevê decisões sobre a criação de cooperativas e seus atos normativos. Atualmente, o Estatuto Social das cooperativas é regido inteiramente, pela Lei nº 5.764/71, de acordo com os Art. 14,15, 16 e pelo art. 21 respectivamente. E para

que as cooperativas possam funcionar, após a constituição, deverão obter autorização do órgão competente, conforme redação do Art.17:

Art.17. A cooperativa constituída na forma da legislação vigente apresentará ao respectivo órgão executivo federal do controle, no Distrito Federal, Estados ou Territórios, ou ao órgão local para isso credenciado, dentro de 30 dias da data de constituição, para fins de autorização, requerimento acompanhado de 4 vias do ato constitutivo, estatuto e lista nominativa, além de outros documentos considerados necessários. (BRASIL, 1971).

O órgão competente para expedir autorização de funcionamento de uma cooperativa é a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB ou a entidade estadual correspondente. Concedida a autorização, a sociedade cooperativa solicitará personalidade jurídica à Junta Comercial.

A OCB, Organização das Cooperativas Brasileiras, foi criada em 1971, como a entidade responsável por emitir certificado de funcionamento das cooperativas. Previsto em Lei 5.764/71, Artigos 105 a 106.

Art. 105. A representação do sistema cooperativista nacional cabe a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, sociedade civil, com sede na Capital Federal, órgão técnico consultivo do Governo estruturado nos termos desta lei, sem finalidade lucrativa, competindo-lhe precipuamente:
(...) c) Manter registro de todas as cooperativas que, para todos os efeitos, integram a Organização das Cooperativas Brasileiras. (BRASIL, 1971).

Segundo Silva et al, (2003), a redação sobre as funções da OCB, reflete o “ranço do intervencionismo estatal” sobre o cooperativismo, presentes em governos de Ditadura Militar. Após o registro junto a OCB, os atos civis das cooperativas são operados pelas Juntas Comerciais. Esta particularidade aproxima as cooperativas das sociedades empresariais com fins comerciais, já que pelo Art.982 do Código Civil de 2002 a sociedade cooperativa é caracterizada como uma sociedade simples, o que as obriga a registrar seus atos de acordo com o Registro Civil de Pessoas Jurídicas²¹.

²¹ O Código Civil de 2002 regulamenta o registro civil: O Art. 45. Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações porque passar o ato constitutivo.

Salvo as exceções expressas, considera-se empresária a sociedade que tem por objeto o exercício de atividade própria de empresário sujeito a registro (Art. 967); e, simples, as demais.

Parágrafo único. Independentemente de seu objeto, considera-se empresária a sociedade por ações; e, simples, a cooperativa. (BRASIL.2002).

As particularidades presentes na constituição da sociedade cooperativa, perante a constituição das demais empresas, difere diante do princípio básico do cooperativismo: o objetivo de sua constituição e funcionamento, não prever fins lucrativos.

Em consequência os atos praticados pelos sócios cooperados são substancialmente divergentes aos praticados entre os sócios de uma empresa privada, já que um dos objetivos da cooperativa é operar em benefício de seus associados e não direcionadas às práticas de mercado.

Os atos cooperativos são descritos pela Lei 5764/71 no Art. 79:

Denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associadas para a consecução de objetivos sociais.

Parágrafo único. O ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produtos ou mercadorias. (BRASIL, 1971).

Assim são atos cooperativos:

- a) Fornecimento de materiais aos cooperados, por exemplo, em cooperativas agrícolas as sementes devem ser distribuídas entre os sócios;
- b) Recebimento consiste no recebimento do material por parte dos associados, que daí deve decidir os eixos de comercialização;
- c) Produção, o trabalho dos cooperados deve gerar uma produção, seja de bens e/ou serviços.

Segundo a legislação, o grupo que compõe a cooperativa recebe a denominação jurídica de sócios, da sociedade cooperativa, que serão pessoas naturais que atuem no mesmo segmento de produção da cooperativa e que preencham os requisitos ao ingresso, de acordo com o estatuto da cooperativa e que, principalmente, componham o quadro de sócios, voluntariamente, por livre iniciativa. A Lei prever ainda, que os cooperados associados, além das obrigações como sócio, também podem ser considerados usuários dos serviços prestados pela cooperativa.

A ideia de que a formação do grupo é livre e a cooperativa tem como princípio de constituição suprir os anseios dos cooperados quanto à geração de renda, todos os seus esforços devem ser concentrados no atendimento de tais anseios.

Assim, a formação do grupo acontece livremente e sua destituição, ou o processo de exclusão de algum membro segue alguns critérios, que devem ser previsto no ato constitutivo, segundo a legislação. De acordo com Polonio (2001, p.59), os sócios só podem ser excluídos da cooperativa, diante de tais situações:

- a) Por demissão, nesse caso o pedido deve se formalizado pelo próprio associado.
- b) Por exclusão, ou eliminação, que nesse caso deve ser tomado como um fato isolado, uma falta grave, prevista em estatuto.

A relação entre o sócio cooperado e a cooperativa não tem como ênfase vínculo empregatício. O estatuto das cooperativas, a Lei 5.765/71, através do Artigo 29 e 31:

O ingresso nas cooperativas é livre a todos que desejarem utilizar os serviços prestados pela sociedade, desde que adiram aos propósitos sociais e preencham as condições estabelecidas no estatuto, ressalvado o disposto no artigo 4º, item I, desta Lei.

(...) O associado que aceitar e estabelecer relação empregatícia com a cooperativa perde o direito de votar e ser votado, atos que sejam aprovadas as contas do exercício em que ele deixou o emprego. (BRASIL, 1971).

O novo Código Civil contempla o papel dos sócios com essa mesma visão, em seu Art. 1095:

§ 1º É limitada a responsabilidade na cooperativa em que o sócio responde somente pelo valor de suas quotas e pelo prejuízo verificado nas operações sociais, guardada a proporção de sua participação nas mesmas operações.

§ 2º É ilimitada a responsabilidade na cooperativa em que o sócio responde solidário e ilimitadamente pelas obrigações sociais. (BRASIL, 2002).

No caso dos associados que são excluídos ou que solicitam a sua exclusão da sociedade, as responsabilidades diante de terceiros, adquiridas durante a vigência da sociedade, permanecem até a aprovação das contas do exercício em questão. No caso de morte, as responsabilidades são transferidas aos herdeiros.

O processo de gestão das cooperativas acontece de forma democrática, já que, segundo Bulgarelli (2000), “prevalece à pessoa sobre o capital”. Desta forma, todos os

associados têm direito ao voto, independente dos valores assumidos por suas cotas de capital e podem decidir sobre os rumos da gestão e do melhor aproveitamento das atividades desenvolvidas pela cooperativa.

Assim, em havendo quorum para as deliberações a serem designadas em assembleia, as determinações que lá se acordarem servirão de orientação aos demais associados.

Mesmo apresentadas como entidades capazes de promover a autogestão, e entre os sócios não haver uma estrutura hierárquica, as cooperativas organizam suas atividades de acordo com os órgãos sociais que a compõem (assembleia geral, assembleias extraordinárias, conselho administrativo e conselho fiscal) e mediante a redação de seu estatuto social.

A Assembleia Geral é o órgão máximo dos cooperados, cuja função é apresentar aos cooperados as demandas referentes às decisões sobre o desenvolvimento das atividades da cooperativa. As decisões deferidas ou indeferidas pelo coletivo têm efeitos sobre todos os demais associados.

A assembleia obedece a critérios para convocação, estabelecidos no estatuto geral da cooperativa, que devem estar pautados, em antecedência e publicação, para que todos se façam presentes. A Assembleia Geral pode assumir duas formas: ordinária ou extraordinária.

A Assembleia Geral Ordinária tem caráter anual e suas atribuições correspondem a: prestações de contas, destinação das sobras e perdas do exercício corrente, eleições para os órgãos de administração – Conselho Fiscal, fixar honorários e gratificações e qualquer outro assunto de interesse coletivo.

A Assembleia Geral Extraordinária, por sua vez, poderá ser convocada sempre que necessária, com a finalidade de deliberar sobre qualquer outro assunto, mantendo apenas a exclusividade quanto aos seguintes aspectos: reforma do estatuto, fusão, incorporação ou desmembramento, mudança do objeto relacionado às atividades exercidas pela cooperativa, dissolução voluntária por parte de algum associado.

Os procedimentos referentes à administração da cooperativa são de responsabilidade da Diretoria ou do Conselho de Administração, órgão que pode ser criados de acordo com o estatuto da cooperativa, decidido em Assembleia Geral. Por ser um órgão administrativo, podem também atuar profissionais não sócios ou contratados com este fim.

Os membros que compõem o órgão de administração não poderão ser responsabilizados pelas obrigações sociais, uma vez que todas as decisões são referendadas em assembleias, exceto, em caso de culpa ou dolo, responderão pelas consequências de seus atos. A cooperativa, enquanto entidade de personalidade jurídica e os demais cooperados poderão

também ser responsabilizados por seus atos, desde que estes tenham registro de aprovação e que se comprove proveito com tais deliberações.

O Conselho Fiscal, como órgão e fiscalização e controle, deve ser formado por três membros efetivos e três suplentes, todos sócios e eleitos anualmente. Cabe ainda ressaltar, que a competência para a formação ou dissolução do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, vigora sobre as Assembleias, tanto a Geral, quanto a Ordinária.

Outro aspecto jurídico de extrema importância e que chama atenção principalmente para a constituição das cooperativas de empreendimentos populares, é o Capital Social. O Capital Social das cooperativas é composto pelo empenho individual de cada sócio cooperado, com o objetivo de viabilizar suas propostas iniciais, enquanto empreendimento. Ao contrário das sociedades empresariais que tem capital fixo, as cooperativas podem apresentar capital variável ou até mesmo dispensar o capital inicial, desde que o coletivo reconheça a decisão em assembleia.

A resolução confere o fato de que a cooperativa é uma sociedade de livre adesão, portanto, não há uma obrigatoriedade para estipular diferentes valores. A lei determina que apenas seja feito o registro no livro de matrícula da cooperativa e que o capital a ser destinado, pode ser apresentado na forma de bens ou serviços, podendo ser pago de uma vez ou realizado em prestações, através de contribuições periódicas.

Quando a cooperativa resolve pela dispensa do capital, que seria usado para compor os elementos básicos da atividade de produção, o patrimônio é instituído gradativamente, de acordo com os resultados anuais repassados aos sócios pelo retorno de capital. O retorno de capital compreende a devolução aos cooperados pelos custos de produção, ou o que os cooperados tenham pagado a mais em suas operações com a cooperativa. O retorno de capital, previsto no novo Código Civil, é um dos elementos de existência da cooperativa, aprovado em 1966 no Congresso de Viana.

As cooperativas são classificadas como sociedades sem fins lucrativos; atualmente tem-se observado alguns critérios que divergem conceitualmente, como aponta Pinho (2004). Podemos classificar as cooperativas, sob os seguintes aspectos:

- a) Quanto aos fins: socioeconômico, político e doutrinário.
- b) Quanto à forma: atividade econômica, repetição dos benefícios e auxílio mútuo.

c) Quanto à iniciativa dos organizadores: pessoa física ou instituições privadas e poderes públicos.

Conforme previsto em lei, as cooperativas tem total liberdade quanto à escolha do seu objeto social, ou seja, gênero de serviço, operação ou atividade. Quanto ao objeto social, as cooperativas podem ser divididas em quatro categorias: cooperativas de produção, cooperativas de consumo, cooperativas de crédito e as cooperativas mistas. Diante da liberdade de adoção de um objeto social não se limita essas quatro modalidades de cooperativas, segundo a Lei 5.764/71, as cooperativas serão agrícolas, de serviços, artesanais, de consumo, de crédito, de compra e venda, de eletrificação, de telecomunicações, de pesca, podem até ser culturais. (BRASIL, 1971).

O Decreto-lei nº 22.232, 1932, no Art.24 descreve o conceito de cooperativas de trabalho:

São cooperativas de trabalho aquelas que, constituídas entre operários de uma determinada profissão ou ofício ou de ofícios vários de uma mesma classe, têm como finalidade primordial melhorar os salários e as condições de trabalho pessoal de seus associados e, dispensando a intervenção de um patrão ou empresário, se propõem a contratar obras, tarefas, trabalhos ou serviços públicos ou particulares, coletivamente por todos ou por grupos de alguns. (BRASIL, 1932).

As cooperativas de reciclagem, objeto de nosso estudo, são classificadas como cooperativas de trabalho. Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras, cooperativas de trabalho são formadas por trabalhadores de uma mesma categoria, com fins de produção ou prestação de um determinado serviço.

Segundo a OCB²² no Brasil são 6.586, cooperativas, que reúnem mais de 10 milhões de associados e geram uma média de 300 mil empregos diretos. Em todo o país, cerca de 41 milhões de pessoas estão ligadas ao movimento cooperativista.

Ainda segundo a OCB, as cooperativas de trabalho representam 14% do montante geral de cooperativas constituídas no Brasil. O que acompanha a crescente mobilização da organização produtiva de trabalhadores em cooperativas.

²² Panorama do Cooperativismo Brasileiro. (OCB, 2011).

Nos últimos anos o número de cooperativas de trabalho apresentou projeções crescentes. Em 1990 eram 629 cooperativas de trabalho registradas no Brasil, em 2001 2391 cooperativas em funcionamento.

Segundo Silva et al (2003,p.98) o crescimento no número de cooperativas de trabalho nas últimas décadas, está diretamente relacionado à elevação da taxa de desemprego e à aceleração do processo de terceirização que impeliram os trabalhadores a buscar novas formas de organização.

As cooperativas apresentam toda uma condição jurídica especial, prezando por sua existência, como instrumento capaz de organizar os trabalhadores, desde os princípios de Rochdale, e a legislação vem acompanhando o crescimento e o desenvolvimento das cooperativas em seus diversos segmentos.

Apesar de haver controvérsias entre os objetivos de formação de cooperativas e a legislação brasileira. Os juristas brasileiros reconhecem que a legislação vigente, ora apresentada, não pode ser levada em consideração quando tratamos de cooperativas de trabalhos ou cooperativas de empreendimentos populares.

Assim, no intuito de estimular e ao mesmo tempo fortalecer as cooperativas de trabalhos e as cooperativas de empreendimentos populares, é sancionada a Lei 12.690 de 19 de julho de 2012. A Lei descreve os procedimentos referentes a organização e o funcionamento das cooperativas de trabalho e institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOOP. O texto avança quanto aos aspectos que determinam a constituição das cooperativas de trabalho, desde que, não colidam com as Leis 5.764 e a 10.406. (BRASIL, 2012).

A lei 12.690, define cooperativas de trabalho, aquelas formadas por trabalhadores que se associam no intuito de exercer atividades profissionais, com “proveito comum, autonomia e autogestão.” (BRASIL, 2012).

§ 2º Considera-se autogestão o processo democrático no qual a Assembleia Geral define as diretrizes para o funcionamento e as operações da cooperativa, e os sócios decidem sobre a forma de execução dos trabalhos, nos termos da lei. (BRASIL, 2012).

Entre os princípios e os valores que a lei 12.690 descreve para o funcionamento das cooperativas de trabalhos, citamos alguns que acreditamos refletirem direto sobre os empreendimentos de economia solidária, como: “preservação dos direitos sociais, do valor social do trabalho e da livre iniciativa; não precarização do trabalho.”(BRASIL, 2012).

Outro artigo previsto na Lei, que incide diretamente sobre as cooperativas de empreendimentos solidários, diz respeito ao número de associados. Segundo a legislação anterior, o número mínimo de sócios não poderia ser inferior a 20 cooperados. Com a regulamentação da Lei 12.690 esse número passa para o mínimo de 07 cooperados, o que para algumas cooperativas é o ideal. Entre as cooperativas de catadores de materiais recicláveis essa determinação reflete diretamente sobre a organização dos atos cooperativos. Uma vez que, com o número reduzido de cooperados algumas decisões em assembleias não possuem efeito legal.

Em linhas gerais a regulamentação da Lei 12.690, responde as necessidades impostas por leis anteriores, em que as cooperativas assumam os compromissos trabalhistas com seus associados. E que as cooperativas respondam ao objetivo de sua constituição: organizar coletivamente e solidariamente trabalhadores de uma determinada categoria.

A Lei prever como mecanismo de apoio a criação, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, do Programa Nacional de Fomento ao Cooperativismo de Trabalho, com a finalidade de promover o desenvolvimento e a melhoria do desempenho econômico e social das cooperativas de trabalho. (BRASIL, 2012).

2.2. O apoio Institucional e os Mecanismos de Incentivo às Cooperativas Populares

Como vimos na unidade anterior, mesmo com os avanços da legislação brasileira, as cooperativas só diferenciam perante a lei, pelo objeto de interesse, sejam elas cooperativas de crédito, cooperativas de trabalho, entre outras, a legislação e as exigências ao funcionamento são aplicadas a todos os tipos de cooperativas.

Entre as inúmeras características que diferenciam os diversos tipos de cooperativas, sejam quanto ao objeto social, quanto ao caráter de seus associados e até mesmo o resultado final da atividade exercida pela cooperativa, e ainda, a legislação que abre precedentes a diversas interpretações sobre o funcionamento e as obrigações; são necessários mecanismos de sustentação e apoio que possibilitem o diálogo entre as variadas políticas públicas e as cooperativas.

Algumas instituições dispõem de projetos e programas desenvolvidos para auxiliar as cooperativas populares e cooperativas de empreendimentos solidários no desenvolvimento de suas ações. Além, dos programas de Governo criados como instrumentos de políticas públicas

orientadas para promover atividades que contemplem as diversas singularidades presentes entre os diversos tipos de cooperativas.

Particularmente ao nosso estudo, devemos compreender o funcionamento e a lógica estruturante dos programas e projetos que vislumbrem em suas ações a inclusão social e a autogestão para os empreendimentos de economia solidária e as cooperativas de empreendimentos populares.

2.2.1 Apoio Institucional

Algumas empresas como, Fundação Banco do Brasil, Petrobras e Braskem, possuem em suas ações parcerias previstas para as cooperativas de reciclagem. Ações que vão desde capacitação, doação de equipamentos e até mesmo apoio financeiro.

Destacamos os moldes de atuação, isoladamente, de três instituições:

I- Fundação Banco do Brasil - atua no intuito de identificar e mobilizar diferentes atores sociais com o objetivo de propor soluções efetivas, fundamentais ao desenvolvimento sustentável de comunidades brasileiras. A atuação tem como referência metodológica, o conceito de Tecnologia Social, quando se refere aos produtos, ou metodologias desenvolvidas em interação com as comunidades e que resultam em soluções efetivas de transformação social. A ideia é que a comunidade organizada seja o próprio agente das soluções. A noção de desenvolvimento ganha novos matizes locais, permitindo à autogestão e o envolvimento das comunidades, gerando aprendizagem constante e nova cultura tecnológica, construindo processos participativos para a geração de políticas públicas. Os investimentos da Fundação Banco do Brasil são direcionado à reaplicação de tecnologias sociais nas áreas da Geração de Trabalho e Renda e Educação, promovendo o protagonismo social, a solidariedade econômica com cuidado ambiental e respeito às culturas locais.

E entre as áreas de atuação da Fundação Banco do Brasil, está o apoio à cadeia produtiva de resíduos sólidos, que ocorre desde 2003, com a inclusão social dos catadores de materiais recicláveis, em ações de geração de trabalho e renda e de educação. As ações tem o objetivo de fortalecer os empreendimentos econômicos solidários dos catadores, em: formação e capacitação para a autogestão; infraestrutura (galpões, máquinas, equipamentos, veículos); assistência técnica, assessoramento e consolidação de associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis e o fortalecimento de redes de comercialização.

A partir de 2009, foram aplicadas ações do Projeto Cataforte I, que visa fortalecer o associativismo e o cooperativismo dos catadores de materiais recicláveis, ao propiciar ações para a capacitação, qualificação profissional, assessoramento técnico, mobilização desses profissionais e incentivos à formação de redes de comercialização. Nesse projeto foram contemplados 19 estados e o Distrito Federal.

Em 2010 foi desenvolvido de forma integrada com o Cataforte I, o Projeto Cataforte II – Logística Solidária, que prioriza ações voltadas ao fortalecimento da infraestrutura de logística das cooperativas e associações, preferencialmente organizadas em rede, por meio da aquisição de veículos, capacitação de catadores e de lideranças, possibilitando a melhoria da capacidade operacional de coleta, transporte e comercialização.

O apoio da Fundação Banco do Brasil às cooperativas de reciclagem em Alagoas, tem início em 2005, quando a Cooperativa dos Catadores de Materiais Reciclados de Alagoas-COOPREL foi contemplada com os maquinários necessários para o início de suas atividades em 2005. E em 2011, mais uma vez, Alagoas foi contemplado com a implantação do projeto Cataforte I. O projeto inicialmente prever a capacitação dos cooperados de materiais recicláveis para comercialização e a atuação em rede entre as cooperativas.

II- PETROBRAS – diante a expressiva importância da Responsabilidade Social em grandes companhias, a Petrobras traduz em investimentos, o Programa Petrobras Desenvolvimento & Cidadania, que tem como meta investir R\$ 1,2 bilhão até o final de 2012. Por meio de seleção pública, deverão ser apoiados projetos que contribuam para a redução da pobreza e da desigualdade social no Brasil.

A ideia é contemplar iniciativas que demonstram capacidade de transformar condições aparentemente difíceis, como exemplo, a Rede de Reciclagem de Resíduos, que desenvolve ações voltadas para a inserção social e produtiva dos catadores de materiais recicláveis. O projeto beneficia diretamente cerca de 7200 pessoas e 143 instituições de catadores.

Além de projetos que incentivam a geração de renda e oportunidade de trabalho, o foco também é a educação para a qualificação profissional, no intuito de garantir os direitos da criança e do adolescente. Desta forma, a empresa contribui para o desenvolvimento de projetos sociais em todo o Brasil.

Em Alagoas, a Petrobras mantém parceria com as cooperativas de catadores de materiais recicláveis, para a doação de material e o patrocínio de eventos específicos, solicitados de acordo com as demandas dos coletivos.

III - BRASKEM – as ações desenvolvidas pela empresa para apoiar às cooperativas de reciclagem, estão aliados ao desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Plástico, e a preocupação com a logística reversa. A empresa possui uma carteira de investimentos pautados em três eixos principais: inclusão social, educação ambiental e promoção cultural.

As ações para a inclusão social são direcionadas em apoio às cooperativas de catadores de materiais recicláveis, com vistas a incentivar a reciclagem e “contribuir para melhores condições econômicas e sociais dos catadores”. (BRASKEM, 2011).

(...) o mesmo projeto iniciou em 2010 o diagnóstico da situação social dos catadores e da qualidade dos galpões de reciclagem já atuantes em cada localidade. A partir dessa análise, em 2011, serão implantadas as fases de capacitação e desenvolvimento dos catadores e de investimentos em equipamentos e tecnologia para a melhoria do galpão, garantindo o aumento da renda e a inclusão social dos profissionais envolvidos. (Braskem. <http://www3.braskem.com.br/upload/rao/2010/pt/projetos-socioambientais.html>> Acesso em: 23 de out. 2012).

Em Alagoas, as cooperativas COOPREL e COOPLUM são assistidas pela BRASKEM em um programa de capacitação que concerne em elaborar uma proposta de atuação conjunta para a coleta seletiva no Município de Maceió.

2.2.2 Tecnologias Sociais

Compreender o desenvolvimento das Tecnologias Sociais converge no entendimento das preocupações com a inclusão social e melhoria das condições ambientais. Os primeiros registros históricos sobre as TS originam-se “nas experiências de desenvolvimento das tecnologias na Índia e na República Popular da China, nos anos 1940 e 1950 (RISKIN, 1983; AHMAD, 1989), posteriormente conceituadas por alguns teóricos e ideólogos de movimentos sociais no ocidente.” (OTTERLOO et al, 2009, p.27).

Ao longo da história e à medida que novas tecnologias eram incorporadas aos processos produtivos a época, apresentavam novos conceitos a denominações sobre o que hoje conhecemos como Tecnologias Sociais.

A primeira denominação apresentada foi a de “Tecnologias Democráticas”²³, um dos principais objetivos era propor um sistema produtivo com “base na habilidade manual”, indo de encontro ao modelo de produção a época, o modelo fordista, onde toda a centralização da produção estava na operação e no desenvolvimento das máquinas.

Após a difusão dos conceitos de “Tecnologias Democráticas”, a necessidade de se implantar tecnologias com caráter usual, passa a ser denominadas de Tecnologias Apropriadas, que Lynaldo Cavalcante (2009), em Otterloo et al (2009, p.16) define como:

Representam o sonho e a utopia de muitas sociedades, todas perseguindo o objetivo de evitar o uso intensivo de capital e a exclusão massiva de mão de obra, fugindo ao modo das tecnologias de grande escala. (...) enfatizando o desenvolvimento de tecnologias adaptadas às culturas e as vocações regionais, dos territórios e do meio ambiente.

O foco para o desenvolvimento das tecnologias sociais passa a englobar as preocupações com o local e com o meio ambiente onde essas tecnologias se desenvolveriam. A produção deveria ser em pequena escala e uso intensivo em mão de obra.

A rejeição às práticas das Tecnologias Aplicadas, forma identificadas tanto por Cavalcante, quanto por Thomas, em Otterloo et al (2009).

No Brasil, segundo Cavalcante, as tecnologias aplicadas eram taxadas por alguns membros da academia como tecnologias de 2ª classe, uma vez que adotavam procedimentos pautados no conhecimento local e de mão de obra com baixa especialização. Na América Latina, segundo Thomas, alguns estudiosos vislumbravam no desenvolvimento de tais ações, nada mais do que uma “concepção paternalista”, que era a de transferir aos países tecnologias para solucionar problemas pontuais e sem nenhum caráter estratégico para os diversos problemas estruturantes característicos da região.

A década de 90 traz novamente a discussão, agora em caráter do desenvolvimento de economia global, orientada ao desenvolvimento econômico e aliado ao desenvolvimento sustentável. As tecnologias aplicadas foram retomadas enquanto instrumento de política pública capazes de cooperar com os objetivos econômicos vigentes. (OTTERLOO et al, 2009).

Segundo Otterloo et al (2009), durante este período a preocupação era buscar soluções econômicas para os diversos problemas sociais do Brasil. A ideia é que as

²³ Tecnologias que proporcionassem uma maior participação da força humana no processo produtivo. (Munford, 1960).

tecnologias aplicadas empregasse mão de obra em massa, com baixa escolaridade e sem treinamento.

De acordo com Otterloo et al (2009, p.39), o foco das Tecnologias Sociais era o de “recuperar a capacidade de inovação das pessoas pertencentes a setores marginalizados da população” para que estes pudessem apresentar alternativas práticas, eficientes e ecologicamente sustentáveis.

Os países da América Latina mostram alarmantes índices sociais e econômicos. Longe de diminuir a marginalidade, o desemprego, a pobreza e a violência social, tendem a aumentar e a se aprofundar. Enormes proporções da população (oscilando entre 20% e 50%, conforme os diferentes países e indicadores) vivem em condições de exclusão, marcadas por um conjunto de déficits: moradia, alimentação, educação e acesso a bens e serviços. A superação desses problemas sociais é, provavelmente, o maior desafio político e econômico dos governos locais. É, ao mesmo tempo, a maior dívida social existente na região. (OTTERLOO et al, 2009, p.44).

Segundo Dagnino (2010) as tecnologias sociais atuam como ferramenta de construção social, despontam como um desafio moderno, aliar os aspectos de interesse social e o desenvolvimento de novas técnicas apoiadas na sustentabilidade.

A tecnologia social é em si mesma um processo de construção social e, portanto, político (e não apenas um produto) que terá que ser operacionalizado nas condições dadas pelo ambiente específico onde irá ocorrer, e cuja cena final depende dessas condições e da interação passível de ser lograda entre os atores envolvidos. (DAGNINO, 2010, p. 51).

Em geral as tecnologias sociais têm abrangência local o que potencializa os resultados nas famílias, cooperativas e associações. (DAGNINO, 2010).

É sob o aspecto do processo de construção política e de ruptura com um ambiente de exclusão que as cooperativas de catadores de materiais recicláveis se inserem como tecnologias sociais. À medida que possibilita aos grupos de cooperados a inclusão produtiva e a apropriação do saber dos processos técnicos de reciclagem.

As cooperativas de catadores de materiais recicláveis enquanto tecnologias sociais apresentam em seus procedimentos as seguintes características: articulação numa ampla rede de atores sociais, (os catadores de materiais recicláveis e as indústrias de reciclagem), reaplicação com base no desenvolvimento local, combinação de conhecimento científico e

senso comum, viabilidade política, viabilidade social, além de propor articulação entre governo, administração, especialistas e organizações sociais.

Assim, as cooperativas de reciclagem, são definidas como tecnologias sociais, à medida que constituem empreendimentos articulados, com políticas nacionais que regulamentam o seu funcionamento, e possuem em sua gênese a função de reestruturar categorias de trabalhadores que se encontram excluídos do processo produtivo.

No Brasil as Tecnologias Sociais tem o objetivo de inserir a multiplicação através de políticas públicas, envolvendo os mais diversos atores: governos, universidades e institutos de pesquisa, organizações não governamentais, movimentos sociais, a fim de disponibilizar e “permutar os conhecimentos” (OTTERLOO et al, 2009).

2.2.3 Economia Solidária: Uma Alternativa de Organização para as Cooperativas de Empreendimentos Populares.

O Brasil enfrentou diversas crises econômicas ao longo de sua história, as crises econômicas do Regime Militar, a reestruturação produtiva de fábricas e empresas e por fim a prática de políticas neoliberais. Todos esses eventos reunidos serviram de base para o desenvolvimento e aprimoramento das práticas cooperativistas.

Na década de 90, como já mencionamos anteriormente, o número de cooperativas no Brasil cresceu em proporções significativas. O maior percentual de cooperativas nascentes vislumbravam em sua constituição; alternativas capazes de conter o crescente avanço do desemprego. Devido à abertura da economia brasileira ao mercado externo; apresentou-se aos trabalhadores uma indústria nacional frágil e que não estava preparado para enfrentar a competição internacional.

Projetos para recuperar as empresas falidas começaram a surgir com o apoio da DIEESE e do movimento Sindical do ABC Paulista; a ideia inicial era a de que os empregados demitidos se organizassem em cooperativas e compartilhassem entre si a gestão do empreendimento, uma empresa autogestionária.

Empresas autogestionárias, segundo Singer (2003) são empreendimentos geridos pelos próprios trabalhadores, organizados coletivamente e de forma democrática.

Assim, em 1994 foi organizado em São Paulo, o I encontro dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão, que culminou com a criação da ANTEAG (Associação Nacional

dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária). A ANTEAG foi criada segundo, Singer, para apoiar a criação de empresas pautadas na autogestão e na Economia Solidária.

Economia Solidária, caracterizada como um modo de produção pautado na igualdade entre seus membros. “Igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles”. (SINGER, 2003, p.20). A cooperativa seria por excelência, “o tipo ideal de empreendimento solidário”. (LIMA, 2004, p.42).

Segundo Singer (2003), quando os trabalhadores assumem a organização do empreendimento em cooperativas, ocorre um processo de mudança que representa a passagem da absoluta irresponsabilidade e ignorância do que acontecia na antiga empresa a uma nova situação, em que eles detêm a responsabilidade coletiva pela nova empresa: se ela por algum motivo não há resultados financeiros satisfatórios, também não há resultado positivo para os trabalhadores.

No Brasil, os empreendimentos de economia solidária, atuam no intuito de incentivar modelos de empreendimentos que busquem transpor a lacuna existente, entre os trabalhadores e o desemprego. O objetivo é a promoção da reestruturação produtiva, que engloba, em alguns casos, a inserção de profissionais com baixa ou nenhuma qualificação e reduzidas oportunidades de inserção ao mercado de trabalho.

Destacada a devida importância dos empreendimentos de economia solidária, foi criada em 2003 a Secretaria de Economia Solidária – SENAES, que tem como missão estimular a criação e manutenção de cooperativas e associações de serviços, trabalho, agroindustriais e de reciclagem, com o objetivo de diminuir a exclusão social, o desemprego e a fome²⁴.

Esses grupos, que na maioria das vezes, são formados por pessoas em situação de vulnerabilidade social, se apresentam de várias formas como associações, cooperativas, grupos informais, mas sempre girando em torno da idéia de solidariedade, se contrapondo ao individualismo competitivo que é uma das principais características do comportamento econômico nas sociedades capitalistas. (Singer, 2003, p.19).

É com essa preocupação que o fomento à criação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis e à estruturação de projetos que relacionem limpeza urbana, à implantação de sistemas de coleta seletiva e a reciclagem de materiais tem sido objeto de

²⁴ www.mte.gov.br (Acesso em: 12 de em Agosto de 2011).

políticas em vários governos municipais e tem se desmembrado como um projeto de amplitude nacional.

As cooperativas de reciclagem são classificadas como empreendimentos de economia solidária, pois além das práticas de autogestão, possibilita o enquadramento dos catadores de matérias recicláveis em estruturas reconhecidas e amparadas legalmente.

Assim, o cooperativismo de catadores de materiais recicláveis, é pautado em valores e objetivos diferenciados de outras cooperativas, como afirma Paul Singer (2003), o princípio que mobiliza os indivíduos a criarem ou “permanecerem” associados a uma cooperativa, concerne na posse coletiva dos meios de produção. Ou ainda, por valores subjetivos nutridos pelo sentimento e a garantia de pertencimento a uma categoria de trabalho.

2.2.4 Incubadoras de Empreendimentos Populares: Entre a Gestão e o Mercado

Fomentar empreendimentos de economia solidária, cooperativas de autogestão, implica em outros aspectos até então delimitados por seus apoiadores, como dificuldades em gestão, sustentação e até mesmo capacitação.

Observados tais pontos, surge nas Universidades o movimento de Incubadoras de Empresas, com o objetivo de estender as práticas de gestão e conhecimento aplicado diretamente ao estímulo e promoção de pequenos negócios.

As incubadoras foram criadas para apresentar respostas às mudanças nas relações de trabalho. Influenciada pelo movimento de incubação empresarial e encarregada a responder à crise nas comunidades marginalizadas, a ITCP²⁵ foi pioneira no novo modelo de incubação social como mecanismo gerador de emprego, renda e autoestima. Focada no desenvolvimento de “cooperativas populares” – pequenos e médios empreendimentos de propriedade e controle coletivos – a ITCP representou um desvio radical do movimento de incubação tradicional no Brasil. (SINGER,2003).

Até então os modelos de gestão e de incubação seguiam a linha de empreendimentos pragmáticos, direcionados à economia de mercado. Os empreendimentos de economia solidária como vistos anteriormente, são pautados em valores e aspectos que ultrapassam os valores de e os preceitos adotados pelo mercado.

²⁵ Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares- ITCP.

Quando a questão é de gestão social, as condições concretas variam e se modificam permanentemente. Também os interesses econômicos são movidos por outras dimensões da vida humana e social. Os processos gerenciais exigem procedimentos rígidos e fixos, ao passo que a gestão social está permeada por universo totalmente ao contrário. Gestão social implica, sobretudo, observar a realidade.

A Incubação social orienta seu foco na redução da pobreza e na transformação de vidas, apresenta-se como uma missão inteiramente nova, demandando por novos tipos de serviços, organizações e liderança. Desenvolvendo trabalhos direcionados à comercialização de novas tecnologias e a criação de oportunidades para empreendedores capacitados em universidades.

Acompanhar os empreendimentos de economia solidária na travessia entre as várias dimensões que envolvem a gestão dos negócios tem sido tarefa amplamente realizada pelas incubadoras, entre as ações propostas programas de acesso ao crédito, capacitação em formação cooperativista. Todos estes fatores criam as condições motivacionais e institucionais para o desenvolvimento dos empreendimentos, mas apresentam um fator limitante, não conseguem auxiliar o cooperado, no caso das cooperativas de reciclagem, transpor a “muralha”, entre as práticas cotidianas de condução do empreendimento e os instrumentos objetivos de gestão, pautados em técnicas de administração, economia e planejamento. (RUTKOWSKI e LIANZA, 2004).

3. AS COOPERATIVAS DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE MACEIÓ E A AUTOGESTÃO

Este capítulo procura analisar as relações entre as realidades empíricas de duas cooperativas de catadores de materiais recicláveis: Cooperativa de Recicladores de Alagoas - COOPREL e Cooperativa de Reciclagem de Lixo Urbano de Maceió – COOPLUM e os desafios presentes para a profissionalização da ocupação de catador de materiais recicláveis e para a sustentabilidade das cooperativas.

Entre os desafios enfatiza-se a análise da construção coletiva da autogestão das cooperativas, o que envolve: as relações internas entre os cooperados, os aspectos jurídicos referentes à gestão dos empreendimentos, as relações com apoiadores externos, às relações comerciais da cadeia produtiva de materiais recicláveis e as relações com o poder público municipal responsável pela gestão integrada dos resíduos sólidos. A título de introdução a este conteúdo analítico se apresenta algumas referências socioeconômicas relativas ao estado de Alagoas, no propósito de contextualizar o território de pertencimento das cooperativas estudadas.

3.1 O Território e o Desenvolvimento do Cooperativismo de Reciclagem

Alagoas é um estado da Federação cuja dinâmica econômica se assenta na informalidade. Em Maceió, a capital e onde se concentra a maioria da população do estado, a informalidade predomina nos setores de comércio e serviços, ocupando dois a cada três trabalhadores urbanos (Carvalho, 2009). A população considerada marginalizada²⁶ sobrevive de atividades irregulares, notadamente de diferentes modos de “biscate”, habitando em moradias consideradas pelo IBGE como aglomerados subnormais²⁷. Indicadores sociais,

²⁶ Marginalidade compreendida como o “conceito que designa posições na estrutura econômico-ocupacional e na dinâmica capitalista dependente (...) são destacadas como especificidades latino-americanas a magnitude do fenômeno: as populações à margem do mercado formal de trabalho, excluídas dos dispositivos de proteção social ou espacialmente segregadas ultrapassam em número os cidadãos assalariados, beneficiários de um regime de seguridade e habitantes nos bairros centrais.” (ESCOREL, 1999, p.44 e 45).

²⁷ Segundo o IBGE, aglomerados subnormais, correspondem às informações sobre a população residente e o número de domicílios ocupados em favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros assentamentos irregulares para o conjunto do País, Grandes Regiões, Unidades da Federação e municípios. (http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais/default_aglomerados_subnormais.shtm. Acesso em: 03 Setembro de 2012.).

como, por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano²⁸ e o Índice de Exclusão Municipal²⁹, confirmam que Maceió é um dos municípios que ocupa o pras primeiras posições no ranking de exclusão social entre municípios brasileiros, ao mesmo tempo em que responde por 43 % de tudo que é produzido em Alagoas (Carvalho, 2009), concentrando a maior parte das indústrias, o setor de serviços dinamizado pelas atividades do turismo e, conseqüentemente, a atividade comercial. Na visão do economista Cícero Péricles de Carvalho:

“Maceió é o retrato fiel do modelo concentrador de renda que o Brasil conhece desde o período colonial, e que mantém os seus traços mais fortes no Nordeste. A concentração de terra e de renda tem a correspondência na concentração espacial. Com um terço da população total de Alagoas, a capital tem, em primeiro lugar, o privilegio de, desde o século XIX, centralizar quase toda a administração federal e estadual, além de sua própria Prefeitura.” (CARVALHO, 2009, p.32).

As características predominantes de uma urbanização, pautada no crescimento dos bairros a partir de novos centros habitacionais, revelam graves problemas relacionados à infraestrutura, transporte público, habitação, equipamentos de saúde, educação e lazer e oferta de emprego. A desigualdade econômica está refletida na expansão de moradias consideradas subnormais nos bairros mais periféricos.

O crescimento dos bairros periféricos movimenta a economia informal, como indica ainda o autor: “ruas inteiras tem nessa atividade a sua razão econômica.” (idem). Para o economista Gustavo Gomes este quadro pode ser considerado como uma “economia sem produção” (2001), ao analisar o crescimento da informalidade no campo das ofertas de produtos especificamente dirigidas para grupos sociais beneficiários de repasses do Governo Federal, como aposentadoria, pensões e Programa Bolsa Família.

Mesmo em se tratando de uma economia altamente concentrada na atividade informal, a sociedade local passou a adotar hábitos e valores da sociedade de consumo (STROH. 2009), produzindo resíduos não degradáveis.

A crescente produção de resíduos passou a ser um problema para a maioria das cidades brasileiras. Em Maceió, o município não possui programa de política pública de

²⁸ IDH-Maceió 0,739. Fonte: (http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH_Municipios_Brasil_2000.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Ranking2003). Acesso em: 03 de Set. 2012).

²⁹ Maceió ocupa o 1º lugar no Estado de Alagoas e a 1040º no Brasil. (POCHMANN, 2002).

coleta seletiva e apenas em 2010, o lixão a céu aberto foi fechado pela Prefeitura Municipal, muito em função das determinações do processo judicial instaurado pelo Ministério Público Federal. Entretanto, o poder público não apresentou proposta para as famílias que sobreviviam da atividade de catação dos materiais, ainda que, inicialmente, tenham sido executados treinamentos para formação de cabeleireiro, manicure, pedreiro, entre outros, os quais não obtiveram resposta positiva por parte dos sujeitos preteritamente beneficiários.

Os catadores de materiais do lixão desencadearam diversas manifestações, articuladas com o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, cujos principais aspectos constitutivos foram analisados no capítulo 1. Dentre as reivindicações estava a concessão do território para fins de moradia, além de ações para garantia de renda diante da desativação do lixão.

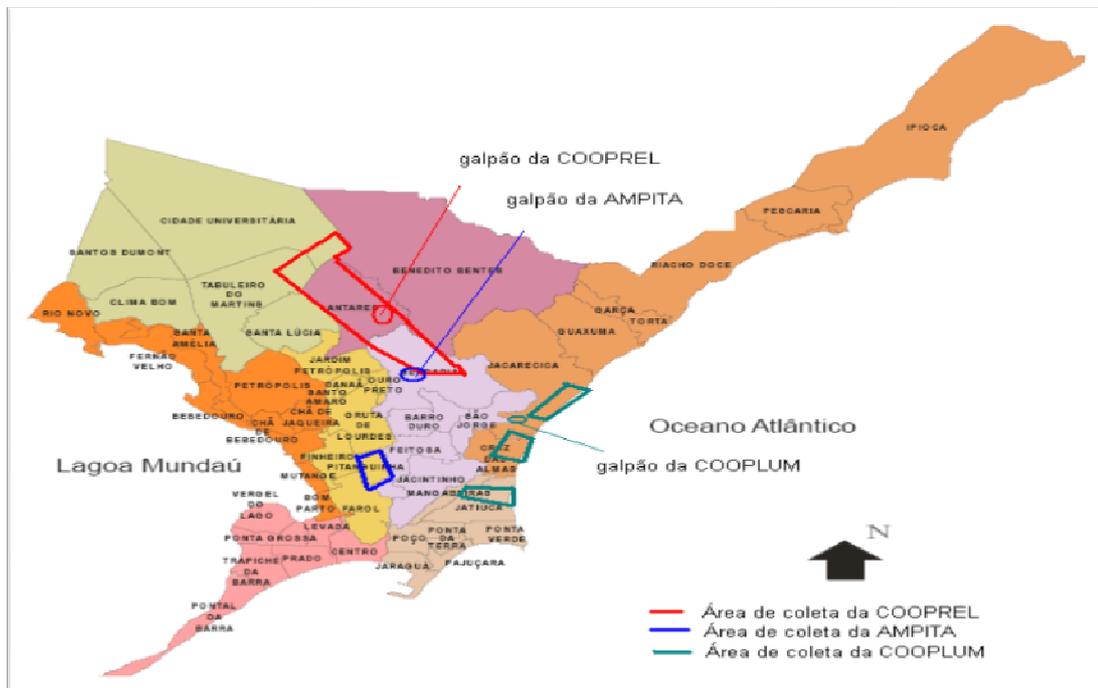
Neste contexto, a coleta seletiva se apresentou como atividade que poderia gerar renda para os catadores e atender um direcionamento nacional aos municípios brasileiros, enquanto política pública, em programar ações capazes de diminuir os impactos ambientais advindos dos lixões.

Atualmente, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos é o aparato normativo federal que prioriza e orienta claramente a extinção dos lixões e a implantação de programas de coleta seletiva municipais em parceria com os catadores de materiais recicláveis. A lei 12.305 de 2010 determina que todos os municípios brasileiros devam implantar política pública municipal de coleta seletiva em parceria com cooperativas de catadores até o ano de 2014.

Em Maceió, o processo é conduzido pela SLUM, Superintendência Municipal de Limpeza Urbana, que junto com outras instituições vem atuando no desenvolvimento das cooperativas de reciclagem. O município ainda não dispõe dos instrumentos legais determinados pela Lei Federal, notadamente o Plano Municipal de Gestão de Resíduo e respectivo sistema de coleta seletiva, tampouco para formalizar a atuação das cooperativas de reciclagem. Pode-se afirmar que as relações entre o poder executivo municipal e as cooperativas obedecem a acordos tácitos desprovidos de qualquer documentação comprobatória. A coleta seletiva é realizada por estas em alguns bairros da capital³⁰ e tem o dinamismo da atividade centrado na solidariedade e simpatia dos moradores.

³⁰ O mapa corresponde as áreas atendidas pela coleta seletiva, divididas entre as cooperativas de catadores de materiais recicláveis de Maceió. (MELO, 2011).

Fig.01: Mapa de Distribuição da Coleta Seletiva em Maceió.



Fonte: (MELO, 2011).

Ressaltamos que o fato de a coleta seletiva não estar institucionalizada como política pública não significa inexistência de mercado local para os materiais recicláveis. Estudo subsidiado pela Braskem identifica os principais produtos comercializados, preços praticados, volume e principais atores envolvidos na cadeia de reciclagem, apresentando informações substanciais para a tomada de decisões estratégicas para as cooperativas de reciclagem³¹.

Entende-se que as características do território permite traçar um panorama do mercado local de materiais recicláveis e, assim, correlaciona-lo a algumas práticas relativas à gestão das cooperativas.

³¹ Panorama da Indústria de Reciclagem de Plástico em Alagoas, 2010. Pesquisa encomendada pelo Instituto Euvaldo Lodi-IEL e a BRASKEM.

3.1.1 Mercado de materiais Recicláveis em Maceió

O estudo acima citado informa que a reciclagem de materiais plásticos é uma das atividades que mais cresceu no mercado brasileiro nos últimos anos. A preocupação da indústria em identificar e conhecer a cadeia da reciclagem se deve, além da própria necessidade de autoconhecimento do novo segmento industrial, à necessidade deste responder às determinações legais da Política Nacional de Resíduos Sólidos referente à Logística Reversa³².

Neste sentido, o estudo identificou três elos distintos da cadeia produtiva local de reciclagem de plásticos: catadores de materiais recicláveis que atuam isoladamente nas ruas de Maceió em um número em torno de um mil, cooperativas de matérias recicláveis (três e uma associação), comerciantes (quarenta e uma empresas), identificados por sucateiros, e a indústria recicladora (oito indústrias).

Dentre os catadores que trabalham nas ruas individualmente, 86% são homens, sendo que destes 47,6% estão na faixa etária entre os 21 e os 40 anos. Neste universo, 44,3% nasceram em bairros de Maceió, sendo que cerca de 30% exercem a atividade há cerca de cinco anos, evidenciando que esta nem sempre é exercida em caráter temporário. A maioria, 61,9%, trabalhou anteriormente como auxiliar de serviços gerais e apenas 11,3% trabalharam no corte da cana-de-açúcar. Tais dados vem confirmar a tese da carência de condições educacionais e de empregabilidade oferecidas no contexto urbano local e da predominância das atividades da economia informal.

O estudo identificou três cooperativas de reciclagem e uma associação de coleta e reciclagem as quais, diante da atuação principiante do governo municipal, informam que a coleta seletiva de materiais recicláveis é realizada porta a porta. Para tanto, como se abordará adiante, são utilizadas estratégias para sensibilizar e conquistar a confiança dos moradores dos bairros objeto de coleta seletiva. O estudo aponta que a capacidade instalada das cooperativas apresenta relevantes fragilidades, a começar pelo número reduzido de cooperados e conseqüente extrema limitação da coleta. Este assunto objeto específico do capítulo será tratado no item a seguir.

³² Logística Reversa, instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada. (Lei 12.305 de 2010). (Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm. Acesso em: 25 de out 2011).

Para concluir este breve panorama do mercado da reciclagem em Maceió, cabe observar que o local segue as tendências que se verificam em âmbito nacional no tocante ao cenário em expansão. Ainda de acordo com o estudo acima citado, cabe observar que entre os materiais mais comercializados pelos catadores, 35% corresponde ao PET. No universo das cooperativas, os dados apontam que entre os ganhos mensais com os produtos comercializados, entre 20 % e 30% do montante se concentra na comercialização do PET e do plástico branco.

Os compradores do material coletado pelas cooperativas são os chamados sucateiros³³. O mercado é caracterizado por pequenos negócios que atuam na informalidade; entre as empresas identificadas pelo mesmo estudo, 53,7% são pequenas empresas e empregam diretamente 2 a 5 funcionários. Todo o processo desenvolvido pelos sucateiros consiste basicamente em separar, limpar e repassar em escala para a indústria, não há um processo contínuo de transformação do material reciclado. O que torna os sucateiros aptos a comercializar diretamente com a indústria, reside nas condições de armazenamento em escala e na separação dos produtos, já que cada material necessita de um tipo de separação: “plásticos devem ser classificados como PET, PVC, plásticos rígidos e filmes (PEBD e PP) e moídos para posterior transformação.” (BRASKEM, IEL, 2010, p.18).

A fonte anteriormente citada revela que são associadas ao Sindicato das Indústrias do Plástico e Tinta, 32 empresas, dentre as quais 10 empresas tem o plástico reciclado como fonte de matéria prima. O estudo identifica a escassez no mercado local de material plástico para reciclagem, já que grande parte do material comercializado por sucateiros locais não apresenta limpeza adequada nos moldes exigidos pela indústria da reciclagem, havendo a necessidade de inserir ao processo produtivo a limpeza e higienização dos produtos. Em muitos casos, é mais lucrativo comprar o material de outros estados da região Nordeste.

O cenário local aponta para um mercado crescente, com a indústria em expansão, embora haja evidência de que as cooperativas de reciclagem apresentem baixa capacidade em atender a essa demanda. Diante deste cenário, em expansão, identificar o dia a dia das cooperativas de reciclagem de Maceió pode revelar quais são os fatores limitantes para a sua inserção no processo.

³³ “Sucateiro” é o termo cunhado popularmente para designar atravessadores ou intermediários da cadeia produtiva de materiais recicláveis. “Estes estão classificados como atacadistas e varejistas, possuem estrutura de armazenamento e comercialização dos produtos recicláveis.” (BRASKEM, IEL, 2010).

3.2 As Cooperativas de Reciclagem de Maceió

A mobilização e os incentivos para a organização dos catadores de materiais recicláveis em cooperativas seguem amparados na ideia de que o trabalho coletivo promove a inserção econômica e, também, o resgate da cidadania e da autoestima dos profissionais dos dois grupos objeto-sujeito deste estudo.

O primeiro grupo corresponde aos cooperados da COOPREL – Cooperativa de Recicladores de Alagoas, originalmente formado por ex-“garis” e “margaridas”, empurrados para o desemprego quando da extinção da Companhia Municipal Beneficiadora de Lixo de Maceió (COBEL) e que, em 2004, fundaram a cooperativa.

O segundo grupo corresponde aos cooperados da COOPLUM – Cooperativa de Lixo Urbano de Maceió, composto por ex-catadores do lixão e moradores no território de abrangência. A fundação da cooperativa foi conduzida pela Superintendência de Limpeza Urbana de Maceió (SLUM), em 2001, como busca de alternativa de organização dos catadores do lixão. Na verdade, os dois coletivos surgiram amparados nas exigências legais previstas no Termo de Ajuste de Conduta da Prefeitura Municipal com o Ministério Público³⁴, cujos principais dispositivos, presentes na Cláusula 1^a, estabeleceram:

A implantação de um Aterro Sanitário destinado a receber os resíduos sólidos urbanos desta municipalidade, sob plena obediência às normas da legislação ambiental e os regramentos técnicos de engenharia sanitária que tratam da matéria, a recuperação ambiental da área ocupada pelo antigo “Lixão” de Maceió (vazadouro de Cruz das Almas), bem como desenvolvimento de um programa social voltado aos habituais catadores de lixo daquele local e a criação e operacionalização de uma política pública de coleta seletiva dos resíduos sólidos urbanos voltados à população desta municipalidade. (<http://migre.me/abgQm>. Acesso em: 06 de ago. 2012).

A construção dos grupos seguiu o modelo de constituição de cooperativas de autogestão, compreendido como prática coletiva de gestão do empreendimento, que consiste em compartilhar as decisões, em conjunto com o coletivo. Em um sistema de autogestão³⁵, os cooperados decidem sobre as metas de produção, a divisão dos lucros, os salários e em como sua unidade produtiva deve se relacionar com a totalidade.

³⁴ Disponível em: <http://migre.me/abgQm>. Acesso em: 06 de ago.2012.

³⁵ Todas as informações relevantes devem ser estar disponíveis aos interessados e as decisões são formuladas de acordo com a experiência do grupo. (SINGER, 2000, p.20).

A organização inicial das duas cooperativas seguiu uma tendência em expansão no Brasil, no período, de organização de sistemas coletivos de trabalho de coleta e triagem de materiais recicláveis para alimentar o progresso industrial da reciclagem de resíduos domésticos gerados no pós-consumo, conforme foi tratado no capítulo 1.

3.2.1 Cooperativa de Recicladores de Alagoas - COOPREL

A cooperativa está localizada na Av. Menino Marcelo, via Expressa, parte alta da cidade de Maceió. É a primeira cooperativa de reciclagem constituída legalmente em Alagoas, em 10 de maio de 2004³⁶. O grupo foi instituído inicialmente por ex-funcionários, demitidos, sem direito a indenização, da extinta Companhia Municipal Beneficiadora de Lixo, quando de sua substituição pela atual Superintendência Municipal de Limpeza Urbana-SLUM.

As informações aqui apresentadas sobre a COOPREL foram produzidas pelo projeto de pesquisa do qual esta dissertação é parte, conforme elucidado na introdução. Prevalece no coletivo a alta instabilidade de composição de componentes. Na ocasião do último levantamento, em dezembro de 2011, o grupo estava composto por dez cooperados, quatro mulheres e seis homens. Nove estavam casados ou em relação estável, dos quais sete conviviam com os filhos e respectivos companheiros. Apenas quatro eram beneficiários de programas sociais, como Bolsa Família, e apenas um deles recebia a aposentadoria por idade. Entre todos os integrantes apenas dois participaram do processo de formação do empreendimento.

A maioria dos cooperados, cerca de 70%, nasceu no interior do estado de Alagoas, diversamente do que se verificou quanto à origem geográfica dos catadores nas ruas de Maceió, como aludido no item anterior. Como sempre, a migração “para a capital” está motivada no sonho de uma vida melhor, na perspectiva de alcançar um emprego melhor. Entre os integrantes do grupo da COOPREL 60% já exerceram outra atividade de trabalho, (cortador de cana, gari, guarda municipal). Os demais apenas conheceram a atividade de catador de materiais recicláveis, no antigo lixão e nas ruas.

As atividades exercidas na cooperativa consistem basicamente na coleta, triagem e enfardamento dos materiais para a comercialização. Como maquinário e equipamentos, o

³⁶ COOPREL foi a 1ª Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis a solicitar o registro junto a OCB e à Junta Comercial em Alagoas.

coletivo dispõe de uma esteira, uma prensa enfardadeira, uma balança mecânica, uma empilhadeira manual e vinte e sete carrinhos manuais utilizados na coleta, dos quais, apenas dez funcionam. Todas as máquinas e equipamentos foram adquiridos por meio de doações de empresas e projetos de financiamento, especialmente do Banco do Brasil.

A manutenção dos carrinhos de coleta é de responsabilidade individual do cooperado que o utiliza. Caso o carrinho quebre ou precise trocar pneu, os custos operacionais devem ser realizados por quem utiliza o equipamento. Não há uma regra coletiva quanto às despesas referentes à manutenção dos carrinhos. A manutenção dos demais equipamentos é rateada entre todos, desde que não comprometa a renda mínima dos cooperados. Podemos aludir como exemplo, a balança digital, por meses, durante o nosso acompanhamento, ficou parada, pois necessitava de reparo elétrico. Para comercializar os produtos a diretora financeira da cooperativa, se deslocava até a balança de uma indústria próxima para pesar o material.

Entre as alegações para não consertar a balança, estava a de que não havia recursos em caixa suficientes. E quando questionávamos sobre os riscos de o material ser pesado em balança de terceiros, a resposta era a mesma, *“eu vou junto, eu tô vendo ele pesar”*. (Entrevista concedida ao Grupo de Pesquisa Cultura e Política do Desenvolvimento. Abril de 2012.).

Percebemos que há uma relação de confiança entre os compradores de materiais reciclados e os cooperados. Muitas vezes, o comprador exerce o papel de financiador de fluxo de caixa. Por exemplo, em situações em que a prensa ou esteira quebram, os cooperados recorrem a um dos compradores para que este providencie o conserto, e o valor correspondente aos serviços é descontado na próxima comercialização dos recicláveis. Aqui se destaca uma questão central para a reflexão sobre as possibilidades e limites à autogestão do coletivo: a dependência a um único comprador. Como há a recorrência, em solicitar auxílio para a manutenção das máquinas e equipamentos, observa-se um ciclo vicioso entre os cooperados e os compradores de materiais recicláveis, que utilizam desta soberania, para impor condições na compra do material.

O galpão onde funciona a cooperativa é alugado e pago pela Prefeitura Municipal de Maceió, como parte do acordo referente à extinção da antiga companhia de lixo. Ainda que a presidente da cooperativa afirme que o documento estaria sob a salvaguarda da SLUM, não foi possível encontrar o documento de formalização desse acordo, o que conduz à inferência de se tratar de um acordo tácito sem formalização de garantias jurídicas. Com superfície de 900m² e estrutura insuficiente para atender ao funcionamento de uma cooperativa de

reciclagem, o galpão está dividido internamente em uma sala, que funciona como sede da diretoria, uma sala de reuniões, que também é utilizada como refeitório, dois banheiros e uma sala destinada ao vestiário masculino. A área de depósito e trabalho dos materiais não possui sistema de ventilação adequado e o acúmulo de materiais contribui para elevar a temperatura ambiente.

Figura 02: Vista de Frente do Galpão da COOPREL.



Fonte: Grupo de Pesquisa Cultura e Política do Desenvolvimento. 2011.

Cabe ressaltar que a área em que se localiza o galpão vem sofrendo, nos últimos três anos, processo de adensamento imobiliário e conseqüente especulação da terra urbana, representado por condomínios residenciais, escolas e um shopping center. No interior deste processo, a inexistência de garantias contratuais de cessão do galpão, representam ameaças à permanência da sede da COOPREL.

Observamos que este indicativo contribui para fomentar a insegurança do grupo e atua como força contrária à construção do coletivo, incidindo diretamente no funcionamento da cooperativa. Complementa-se que sediada em área cujas adjacências vêm se consolidando como de uso residencial, a cooperativa já recebeu vários ofícios dos condomínios vizinhos, solicitando procedimentos quanto à presença de ratos e outros animais peçonhentos. Que os moradores vizinhos, julgam serem provenientes da atividade exercida pela cooperativa. Predomina um clima de temor entre os cooperados, de que os moradores do local venham a solicitar a retirada da cooperativa do local. São indicativos que transferem insegurança ao grupo, que somados a uma renda inferior ao salário mínimo e as precárias condições de

trabalho, contribui, para que os cooperados não vislumbrem o desenvolvimento, entre a coleta e a comercialização dos materiais recicláveis como um trabalho seguro e estável.

Em paralelo, para atender as ações previstas no acordo com o Ministério Público, a Prefeitura Municipal de Maceió, através da SLUM está finalizando a construção de um galpão, que será doado à COOPREL. O galpão tem capacidade para acolher 120 cooperados. O galpão foi construído com recursos do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento e obedece às orientações do Ministério do Meio Ambiente para a construção de galpões desta natureza.

Para constar como beneficiária do novo galpão a COOPREL abriu uma filial, sob imposição da SLUM juntamente com o SESCOOP. A ideia inicial é que a filial, inicialmente, atenda 123 cooperados cadastrados pela Prefeitura. O grupo, segundo a SLUM, é composto por catadores do antigo lixão e por catadores autônomos. O novo grupo receberia um auxílio de R\$300 mensais e uma cesta básica. A presidente da COOPREL, diante de um quadro de novidades e ajustes, apresenta dúvidas e insegurança sobre o funcionamento da filial. A principal questão consiste em como será o processo de trabalho deste novo grupo, como serão repartidos os ganhos, como será a divisão interna do trabalho, com um grupo, que ela alega ser a maioria “marginal”, já que procurou sozinha, obter informações sobre os novos possíveis colegas de trabalho.

O fato de não existir um contrato de locação ou de cessão formal do galpão, como mencionamos anteriormente, interfere na capacidade operacional da cooperativa. Principalmente para responder a alguns editais públicos voltados para a aquisição de máquinas, equipamentos e melhoria das instalações. Acompanhamos a elaboração de uma proposta com o objetivo de reformar o galpão. Este seria um projeto de adequação do espaço físico sem alterações estruturais na edificação. No entanto, a inexistência e ou inacessibilidade da cooperativa ao contrato de locação atuou como impedimento à condução da proposta à agência financiadora, cuja recusa se fundamentou na ausência de garantias quanto à permanência da cooperativa no galpão, após a execução das melhorias então planejadas.

Não somente a inexistência do contrato de cessão e/ou de locação do galpão, mas antes, o desconhecimento do coletivo e da diretoria, quanto aos direitos de obtê-lo, conduz a reflexão de que o lugar é ocupado, mas não há o reconhecimento dos cooperados sobre os direitos fundamentais, necessários a consolidação cooperativa. Jessé Souza analisa que a “exclusão da cidadania”, exerce uma espécie de inércia, entre os “excluídos”, diante dos órgãos públicos. No caso particular, objeto de nosso estudo, tal inércia se reflete na questão

da obtenção dos direitos à locação e tende a ser alimentada por um sentimento de exclusão moral, que internalizada pelo coletivo, reflete em características de dependência, neste caso, sobre a utilização do espaço.

Programar as ações, no caso dos agentes municipais, definir as regras do contrato de locação, sem a participação da cooperativa, corresponde ao que Kliksberg (1993, p.75), define como um “modelo assistencialista em que o Estado e as instituições atuam de maneira independente e que a comunidade participa como agente passivo, a participação se reduz ao mínimo”.

3.2.1.1 O Sistema de Trabalho na COOPREL

A divisão dos trabalhos entre os associados à COOPREL é organizada da seguinte forma: entre os dez cooperados em atividades, seis mulheres e quatro homens, a distribuição das tarefas obedece a critérios simples, entre eles, a capacidade física, os homens vão a coleta externa, com os carrinhos e as mulheres ajudam na separação do material na esteira.

A coleta seletiva, como salientamos anteriormente, não é exercida nos moldes de política pública estabelecida, segundo a qual estejam definidos os princípios e parâmetros de organização e distribuição das áreas de coleta entre as cooperativas. Também em relação às áreas de domínio de coleta seletiva o acordo entre a Prefeitura Municipal e as cooperativas é de natureza tácita, verbal. Acha-se organizada espontaneamente pelos moradores, os quais separam o material para a coleta nos seus domicílios. Assim, a coleta seletiva realizada pela COOPREL é totalmente dependente da sensibilidade das comunidades pertencentes às respectivas áreas, para que separem e doem os materiais recicláveis.

O trabalho diário tem início às sete horas da manhã, quando os homens saem às ruas para a coleta externa, enquanto o restante do grupo, notadamente feminino, se concentra na triagem dos materiais coletados no dia anterior.

A coleta é realizada manualmente e requer um grande esforço físico, em carroças, para as diferentes áreas. Cada local tem um dia da semana estabelecido para a coleta e é informado pelo próprio cooperado aos moradores para que separem o material a ser doado. Cada cooperado consegue coletar em média 150 kg de materiais. Esta média é muito incipiente, na percepção dos cooperados, existe a clareza de que está muito abaixo do mínimo exigido para a compra por parte das indústrias transformadoras.

Para a coleta externa, não há o uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) apropriados. Os cooperados muitas vezes usam chinelo, sem chapéu, sem protetor solar, sem capa de chuva. Outro agravante é uma das preocupações dos cooperados que exercem essa atividade, diz respeito ao trânsito. As carroças não possuem sinalizador, desgastadas com o tempo, também não possuem uma identificação que permita legitimar os cooperados, por entre ruas e avenidas.

“Saio todos os dias por essa rua a fora e já cansei de ouvir, sai da frente burro sem rabo. Os motoristas não respeitam. Só penso no perigo e se acontecer alguma coisa comigo, quem é que vai chegar junto? Hospital não tem, médico pior ainda, INSS eu nem falo.” (Entrevista concedida ao Grupo de Pesquisa Cultura e Política do Desenvolvimento, 2012).

Por volta das onze horas e trinta minutos os homens retornam da coleta externa, há intervalo para almoço e as atividades são retomadas, por volta das treze horas.

Após a coleta externa o material é separado na esteira, manualmente e em condições tão precárias, quanto a coleta externa, sem EPIs apropriados. Na esteira, os cooperados se deparam com todo tipo de material, desde seringas e agulhas sujas com sangue a livros clássicos da literatura brasileira. Após a separação, os materiais recicláveis são colocados em “bags”, tipos fardos e armazenados para a comercialização. Os materiais não recicláveis compõem o rejeito que tem por destino o aterro sanitário.

Ao perceberem uma redução no volume de materiais coletados, os cooperados se mobilizam na busca de novos doadores. Essa atividade é exercida pela diretora financeira que acompanha os homens durante a coleta externa, no intuito de conscientizar e mobilizar novos moradores, essa atividade eles chamam de “*panfletar*”.

Como afirmamos anteriormente, Maceió não possui uma política pública que conscientize ou até mesmo obrigue a população a separar o material reciclável. Assim, cabe às cooperativas visitar porta a porta, entre as áreas estabelecidas, apresentar-se como cooperados e contar um pouco da história da cooperativa, deixar um panfleto – quando há material impresso- e apresentar o cooperado que ficará responsável em coletar o material nos dias estabelecidos.

Como os carrinhos são manuais, a capacidade para coletar um volume superior de materiais é restrita, além de os carrinhos apresentarem estado avançado de depreciação, não suportando quantidade elevada de materiais.

Para a coleta de materiais localizados em regiões afastadas da cooperativa a empresa VIVA, contratada pela Prefeitura Municipal de Maceió, cede o caminhão com motorista, três vezes por semana para este fim. Também neste ponto prevalecem acordos tácitos, sem qualquer documento de garantia. A rota geralmente é para coletar materiais doados por órgãos públicos³⁷, construtoras e outras instituições que eventualmente solicitam a coleta de algum tipo de material, os quais são conhecidos como “grandes geradores” de resíduos.

Para esta atividade, são designados alguns homens, o que também não descarta a possibilidade de as mulheres a desempenharem. Como este tipo de coleta é previamente agendado, já existe a perspectiva de qual será o material coletado. Por exemplo, em construtoras, geralmente o material é composto por restos de ferros e aço utilizados durante as obras. Assim, a saída para a visita aos grandes doadores, sempre é realizada em trio (dois homens e uma mulher) ou em dupla (um homem e uma mulher).

As mulheres saem para a coleta externa quando há falta de braços masculinos, ou mesmo, em situações em que o número de cooperados se encontra reduzido. Uma das cooperadas relata que “*gostava da época em que fazia a área todos os dias*”, mas atualmente prefere a atividade interna, já que devido à idade, “*não suporto mais o peso da carroça*”. (Entrevista concedida ao Grupo de Pesquisa Cultura e Política do Desenvolvimento, 2012.).

A principal atividade desenvolvida pelas mulheres na cooperativa consiste em separar os materiais, de acordo com os tipos a serem comercializados, dos rejeitos. Os rejeitos correspondem ao material que vêm junto com o material reciclável, mas que não possuem valor comercial, como anteriormente explicado.

O trabalho de separação entre materiais recicláveis e os rejeitos corresponde a um dos aspectos negativos, sobre as atividades desenvolvidas na cooperativa, consequência da ausência de uma lei municipal que oriente e determine os parâmetros para a separação pela população, entre lixo e o material a ser reciclado, o montante de rejeitos muitas vezes supera o volume de matérias com fins comerciais.

Ainda sob a responsabilidade das mulheres está a limpeza interna do galpão e o atendimento a pequenas demandas para comercialização, como por exemplo, potinhos de vidros, garrafas de vidros, jornais e revistas, procurados eventualmente, geralmente por artesãos, para os vidros e donos de lava-jatos, no caso de jornais e revistas.

³⁷ Decreto 5940/2006. Art. 1º: A separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis são reguladas pelas disposições deste Decreto.

As demais atividades, referentes ao funcionamento da cooperativa, são coordenadas pela presidente e a diretora financeira da cooperativa. Entre as atividades desenvolvidas estão a comercialização dos materiais, pagamentos em geral, o recebimento das doações, reuniões de articulação com os parceiros, entre outras.

As atividades administrativas são centralizadas entre a presidente e a diretora financeira. Não há divisão compartilhada de responsabilidades, o que se traduz em insatisfação de alguns cooperados. Também não existe a cultura de reuniões para discutir os acontecimentos que envolvem o dia a dia da cooperativa.

A observação dos procedimentos sobre a condução das atividades realizadas na cooperativa expõe uma gestão simplificada e sem transparência, principalmente quanto aos ganhos financeiros. Não há gestão transparente e coletiva por parte da diretoria com os demais cooperados. Apesar de se apresentarem recorrentes nos depoimentos da presidente alguns indícios de trabalho coletivo, a prática revela uma administração hierarquizada que não reflete as relações de confiança mútua indispensáveis na incubação da cooperativa. Ao contrário, parece predominar um clima de desconfiança generalizada, uma desmotivação e, principalmente, desconhecimento quanto aos aspectos políticos e sociais que recaem atualmente sobre as cooperativas de reciclagem e a profissão de catador de materiais recicláveis.

3.2.2 Cooperativa de Reciclagem de Maceió – COOPLUM

A COOPLUM está situada em Maceió localizada na Rodovia AL 101 Norte – KM 3,5 no bairro de Jacarecica, Maceió/AL, constituída no dia 19 de setembro de 2001, com o objetivo de aglutinar os catadores que atuavam naquela região. Região onde estava situado o lixão de Maceió, que após a desativação³⁸, trouxe a tona centenas de famílias desalojadas e sem a garantia da renda mínima. A cooperativa foi criada com o apoio e o incentivo da SLUM e o principal objetivo da criação da cooperativa era contribuir para a qualidade de vida dos catadores de materiais recicláveis informais, estruturando ações apropriadas para gerar renda e ocupação para os cooperados, profissionalizá-los através do aprendizado decorrentes do funcionamento da cooperativa.

³⁸ Em cumprimento a Resolução do CONAMA 237/1997: “Que regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente”

A cooperativa funciona em um galpão cedido em regime de comodato pela Prefeitura Municipal de Maceió; a concessão faz parte da contrapartida firmada entre a Prefeitura e o Ministério Público, com o objetivo de garantir as condições de trabalho do coletivo, em decorrência da desativação do lixão.

O galpão, poderíamos considerar o uso da palavra como metáfora, de acordo com as fotos abaixo, já que o local funciona em precárias condições, a instalação elétrica é mínima, todo o material coletado fica exposto a céu aberto e em períodos de fortes chuvas, há perda de material, principalmente o papelão. Não há uma área de convívio comum, onde possam ser realizadas refeições, há ainda o risco eminente de contaminação, já que o galpão não possui paredes e está localizado em uma encosta de mata, e também, não há como prevenir o contato com insetos, ratos, escorpiões e outros tipos de animais.

Figura 03: Estrutura que deve ser utilizada como galpão de reciclagem



Fonte: Manual De Coleta Seletiva (pg.32.2008), disponibilizado pelo Ministério das Cidades

Figura 04: Foto retirada do galpão da COOPLUM (Grupo de Pesquisa Cultura e Política do Desenvolvimento).



Fonte: quem foi que tirou a foto Mônica você?

Igualmente aos procedimentos realizados na COOPREL, na COOPLUM os cooperados não utilizam nenhum tipo de material de segurança durante o processo de coleta e triagem. Todo o processo de separação e triagem é realizado manualmente. Identificamos que

o fato de manusear diretamente o material sem nenhum item mínimo de segurança, como uma luva, se apresenta tão desnecessário quanto qualquer material que ali se encontre. Uma das cooperadas, ao ser questionada sobre o porquê de não usar a luva, ela responde: *“tá isso aqui não é nada, pior era no lixão”* (Entrevista concedida ao Grupo de Pesquisa Cultura e Política do Desenvolvimento, 2012). Percebemos que mesmo diante do trabalho precário, sem o uso dos equipamentos devidos, a cooperada vislumbra um avanço no desenvolvimento da atividade.

A presidente da cooperativa afirma de que não há equipamentos de segurança para todos. E mesmo com quantidade de EPI suficiente para todos, os cooperados não usam; houve um período, em que havia punição – desconto do pagamento no final do mês - para o cooperado que não estivesse devidamente equipado para a atividade e mesmo assim, afirma ela: *“ninguém liga”*. (Entrevista concedida ao Grupo de Pesquisa Cultura e Política do Desenvolvimento, 2012).

A coleta externa é realizada manualmente em carroças e para coletar os materiais, doações de condomínios, construtoras e escolas, a SLUM cede um caminhão tipo caçamba uma vez por semana para que a coleta seja realizada.

Em termos de máquinas e equipamentos a cooperativa dispõe apenas de duas balanças e uma prensa manual.

A cooperativa atualmente possui quinze cooperados associados. O horário inicial de funcionamento da cooperativa se dá das 07h00 às 17:00h. O coletivo é composto por nove mulheres e seis homens. Destes, apenas um deles participou da constituição da cooperativa, que hoje exerce o cargo de presidente.

São nítidas as diferenças entre COOPREL e a COOPLUM. A marca sem dúvida é a tutela da SLUM sobre a COOPLUM que desde o início das atividades da cooperativa, designou um funcionário que acompanhava e orientava quanto aos procedimentos internos relacionados ao funcionamento da cooperativa. Chegando até mesmo representar a cooperativa em reuniões e eventos externos. O mesmo era responsável por identificar os pontos de coleta, organizar a saída de material para o aterro, acompanhar os cooperados em reuniões e eventos. Justificando a sua atuação – como representante dos cooperados em reuniões de sensibilização para a doação de materiais - afirma: *“devido à falta de habilidade dos cooperados, pela falta de escolaridade e não terem uma boa gesticulação”*. (Entrevista concedida ao Grupo de Pesquisa Cultura e Política do Desenvolvimento, 2011).

A parceria se rompeu em Setembro de 2011. A presença constante da SLUM exercida pelo então funcionário, descaracterizava a COOPLUM diante dos princípios legais previstos ao cooperativismo, como vimos no capítulo anterior, a decisão e a representação dos interesses da cooperativa, devem ser decisões compartilhadas entre o coletivo, obedecendo aos princípios de igualdade e solidariedade.

Seguindo o princípio de liberdade do cooperativismo, os cooperados em reunião com o SESCOOP³⁹ e até a finalização deste trabalho, deliberou de que não havia necessidade da SLUM manter um acompanhamento contínuo sobre suas atividades.

3.2.1.1 O Trabalho na COOPLUM

A total dependência entre a cooperativa e a SLUM contribuiu para que não fosse criada uma rotina de trabalho de acordo com as capacidades internas, o que há é uma divisão física, os homens responsáveis pela coleta externa e as mulheres encarregadas de separar o material internamente.

As demais atividades relacionadas ao processo de gestão estão centralizadas na Presidente, que gerencia todo o processo de comercialização, contas a pagar e os demais assuntos.

Não há o hábito, por parte, da Presidente em retornar com as informações a respeito do funcionamento e das decisões tomadas enquanto cooperativa. E, visivelmente, não há um interesse do coletivo em tais assuntos. Existe uma relação de confiança entre o grupo e a presidente, conquistada através da relação de liderança que ela exerce diante do grupo. A presidente, na maioria das vezes que presenciamos, comparece, sozinha, as reuniões externas.

A precária estrutura física, também corrobora para os problemas de organização do trabalho e no manuseio das máquinas. Um dos problemas referente a organização, que nos chama atenção, consiste na ausência de conta bancária. A falta de registro bancário interfere na divisão dos lucros entre os cooperados. Durante nosso acompanhamento, houve greve dos bancários, e como os pagamentos pelos compradores de materiais recicláveis são realizados através de cheques, a cooperativa não tinham como movimentar financeiramente os ganhos do período. Situação que provocou a saída de alguns membros do grupo.

³⁹ SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo.

São fatos que interferem diretamente na estrutura do coletivo e na comercialização dos materiais, limitando o mercado e as negociações das mercadorias com os deposeiros⁴⁰ e sucateiros locais.

3.2.3 Práticas de Gestão COOPREL e COOPLUM

O processo de gestão em ambas as cooperativas envolvem dezenas de fatores aos quais já relatamos anteriormente. A gestão é desenvolvida em moldes práticos, através do conhecimento adquirido com o dia-a-dia, simplista; sem existência de controle financeiro ou administrativo.

A preocupação com o processo de gestão adotado pelas cooperativas surge com a aplicação da Lei 12.305, como já frisamos antes, a Lei tem entre seus objetivos, alinhar os interesses dos catadores de materiais recicláveis e a indústria da reciclagem, numa perspectiva de interesse social e ambiental.

A aplicação da Lei exige a profissionalização dos catadores de materiais recicláveis e conseqüentemente que as cooperativas de catadores de materiais recicláveis estejam aptas para operacionalizar a prestação de serviços de coleta seletiva, entre outros.

E o que identificamos é que as cooperativas de catadores de materiais recicláveis, inicialmente, não têm condições de atender a essa demanda.

O primeiro ponto que nos leva a apontar tal afirmação, consiste na manutenção dos custos operacionais das cooperativas. Nos dois grupos, por exemplo, as atividades de coleta seletiva aos grandes doadores são realizadas com subsídio da SLUM. Os ganhos financeiros não cobrem a manutenção dos carrinhos para a coleta seletiva manual.

Não há uma exposição sobre os resultados financeiros reais das cooperativas como prevê a legislação. (POLONIO, 2001). Todas as operações de caráter financeiro ou jurídico são assistidas pela OCB. O pagamento de taxas e contribuições em alguns casos é assumido por parceiros, que se comprometem com o pagamento, para não inviabilizar as atividades. Como exemplo, para a COOPREL apresentar projeto solicitando à Fundação Banco do Brasil o apoio para a compra de máquinas e equipamentos, foi necessário à emissão de uma certidão negativa de débitos junto a Receita Federal. Ao solicitarmos o documento descobrimos que desde 2008 a cooperativa não declarava imposto de renda. E que havia uma multa a ser paga

⁴⁰ Deposeiros: proprietários dos depósitos que comercializam materiais recicláveis. (BRASKEM, IEL, 2010).

no valor de R\$1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais), para não ultrapassar os prazos de apresentação do projeto, a OCB se responsabilizou pelo pagamento da multa.

Retornamos a discussão jurídica, não há uma legislação própria para as cooperativas de empreendimentos populares. As cooperativas de catadores de materiais recicláveis possuem as mesmas obrigações fiscais e tributárias que uma empresa privada.

Um dos aspectos que os cooperados apontam como fragilidade para superar os problemas de gestão é de que “os cooperados não colaboram”. Vários cursos de capacitação já foram ofertados em cooperativismos, gestão administrativa. Segundo os cooperados, são cursos que não foram pra eles. Souza nos explica a falta de interesse e de compromisso com o coletivo, sob os aspectos subjetivos que marcam os excluídos.

O problema é que nossa ralé estrutural não tem condições de gerir sua autoprodução esperada pelo sistema, o que é o único caminho para a autonomia na sociedade de mercado. (...) Ou seja, é oferecida aos indivíduos uma liberdade que eles não possuem o passaporte cognitivo fundamental para incorporá-la. Sendo assim, discursos progressistas como, por exemplo, o da inclusão digital, fazem parte da grande ideologia da igualdade de oportunidades, omitindo os pontos de largada diferenciados pelo *habitus*⁴¹. É como dar um livro em língua estrangeira para alguém que nunca viu uma palavra naquele idioma. (2006, p. 312).

Outro aspecto que identificamos, sobre o processo de gestão das cooperativas, é a maneira desarticulada com que os parceiros interferem nos processos administrativos de ambas as cooperativas. Observamos que alguns cooperados não visualizam como salutar o apoio de alguns parceiros. Como por exemplo, todas as reuniões para formalização de diretoria ou outras deliberações em assembleia é acompanhada por um técnico do SESCOOP. Segundo os cooperados, cria certa “intimidação”, diante dos pontos que devem ser tratados. “*Elas fazem tudo que eles mandam. Tanto faz a minha opinião*”- Um dos cooperados se referindo as diretoras da cooperativa e ao SESCOOP.

3.2.4 Práticas de Comercialização COOPREL E COOPLUM

Os materiais comercializados pelas cooperativas em grande parte são doações de empresas, supermercados, escolas, Aeroporto, Universidades, construtoras e órgãos públicos

⁴¹ Souza procura compreender os critérios modernos que produzem duas categorias socialmente diferenciadas de cidadãos na realidade nacional. Nesse contexto a especificação que ele faz de *habitus* bourdiesiano é de suma importância para a avaliação da desqualificação moral dos trabalhadores. (SOUZA, 2006, p.305).

federais.⁴² Outra parte do material vem da coleta nas áreas residenciais, condomínios e bairros vizinhos, conforme analisado anteriormente. A quantidade do material comercializado é pequena e os meios de comercialização são de natureza informal, os materiais são comercializados com apenas três sucateiros.

Os principais materiais coletados são PET e plásticos. Destes segundo, pesquisa realizada pela Braskem, com maior índice de comercialização está o PET com 75%, os outros 25% correspondem ao plástico branco. Os produtos são comercializados em fardos, que atingem o peso entre 250 a 300kgs. Os preços comercializados quase não sofrem reajustes.

O preço do material é reajustado de acordo com a disponibilidade do comprador, não há equiparação dos preços em escala nacional. O CEMPRE⁴³ fornece diariamente uma tabela atualizada com os valores dos materiais recicláveis em todo o Brasil. Por exemplo, no período de julho a agosto de 2012, o papelão prensado e limpo foi negociado por R\$200,00/tonelada em Aracajú, já em São Bernardo do Campo – SP esse mesmo material foi negociado a R\$310,00/tonelada. Os fatores que determinam a variação de preços dos materiais em escala regional no mercado nacional carecem de um maior aprofundamento.

Entre as cooperativas e os compradores de materiais, existe uma espécie de acordo tácito que estabelece as regras de negociação. Por exemplo, um dos compradores só compra ferro e outros tipos de plásticos⁴⁴, caso o volume total for composto por todo o PET acumulado pela cooperativa.

A estrutura da cadeia comercial da reciclagem, como afirmado anteriormente, está preponderantemente organizada sobre a informalidade e, ao que tudo indica, este processo conduziu à formação de cartéis entre empresas comerciantes com respeito a acordos de mercados de atuação, tipos de materiais e preços.

É interessante observar que antigos comerciantes que outrora praticaram o comércio diversificado de produtos foram se especializando em produtos específicos, de acordo com o processo da reciclagem.

⁴² Em um levantamento prévio realizado pela BRASKEM e a I&T, estima-se que 70% do material comercializado pelas cooperativas é de origem dos grandes doadores.

⁴³ Compromisso Empresarial para Reciclagem – CEMPRE. Disponível em: http://www.cempre.org.br/servicos_mercado.php (Acesso em: 03 de set. 2012).

⁴⁴ Cacareco – nome popular ao Polietileno de Alta Densidade. Panorama da Indústria de Reciclagem de Plástico em Alagoas, 2010. Pesquisa encomendada pelo IEL e a BRASKEM.

3.2.4.1 Pontos Limitantes à Comercialização

Um dos pontos limitantes referentes à comercialização dos produtos consiste nas restrições ao mercado Alagoano de reciclagem. Não há compradores locais para a maioria dos materiais recicláveis o que provoca um excesso no volume de material que segue para o aterro e que poderia ser aproveitado comercialmente.

Podemos citar como exemplo o, EPS, o isopor, material 100% reciclável e segundo a Associação Brasileira de Poliestireno Expandido, em 2009 a reciclagem aumentou em 300%⁴⁵. Como a cooperativa não tem compradores locais para esse tipo de material muito menos estrutura física para armazenar o material (uma indústria recicladora do estado de Pernambuco, compraria no mínimo uma tonelada), retorna para o aterro sanitário.

Não há quantidade suficiente de materiais que permita negociação em escala com a indústria, conseqüentemente, não há uma renda que possa ser avaliada como satisfatória para os cooperados. A renda mensal dos cooperados, não ultrapassa o limite de R\$480,00.

3.3. Os desafios às Cooperativas de Reciclagem de Maceió: As Dimensões Internas e os Desafios ao Reconhecimento Externo

Desde 2002 constam no cadastro nacional de CBO – Classificação Brasileira de Ocupações o reconhecimento à ocupação de catador de materiais recicláveis. Mas a profissão de catador de materiais recicláveis só foi regulamentada em 2010⁴⁶.

Segundo o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, no Brasil, os catadores de materiais recicláveis ultrapassam um milhão de trabalhadores organizados em cooperativas ou associações. Entre as ações do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis está o reconhecimento dos catadores de materiais recicláveis como categoria de trabalhadores.

Buscamos a organização de nossa categoria na solidariedade de classe, que reúne forças para lutarmos contra a exploração buscando nossa liberdade. Esse princípio é diferente da competição e do individualismo, busca o apoio mútuo entre os companheiros (as) catadores (as) e outros trabalhadores.

⁴⁵ <http://www.abrapex.com.br/62Recicla09.html>. (Acesso em: 27 de set. 2012).

⁴⁶ O Decreto 7.405 de 2010 denomina catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis as pessoas físicas de baixa renda que se dedicam às atividades de coleta, triagem, beneficiamento, processamento, transformação e comercialização de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Lutamos pela autogestão de nosso trabalho e o controle da cadeia produtiva de reciclagem, garantindo que o serviço que nós realizamos não seja utilizado em benefício de alguns poucos (os exploradores), mas que sirva a todos. (http://www.mncr.org.br/box_1/o-que-e-o-movimento. Acesso em: 19 de Nov. 2012.).

A implantação da lei 12.305 de 2010, os catadores de materiais recicláveis e as cooperativas de reciclagem passaram a ocupar papel de destaque na política nacional de resíduos sólidos. Segundo o Movimento Nacional dos Catadores, o grande desafio é garantir a regulamentação da Lei através dos planos municipais e estaduais.

Além das preocupações com o meio ambiente e os aspectos econômicos presentes na política nacional de resíduos, um dos objetivos da lei é a integração dos catadores de materiais recicláveis em ações compartilhadas com o poder público, tendo em vista a implantação de programas de coleta seletiva em todos os municípios brasileiros. Dentre as ferramentas ou instrumentos disponíveis para atingir este objetivo, está o incentivo e o estímulo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas de materiais recicláveis ou outro tipo de associação com o mesmo fim. A ideia proposta na aplicação da lei é a de permitir a inclusão social e a emancipação dos catadores de materiais recicláveis. A lei é bem clara quando orienta que os grupos que deverão constituir as cooperativas devem ser formados por pessoa física de baixa renda.

E ainda no sentido de estimular e fortalecer o cooperativismo de catadores, o Decreto número 7.405 de Dezembro de 2010, institui o Programa Pró-Catador:

Com a finalidade de integrar e articular as ações do Governo Federal, voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, à melhoria das condições de trabalho, à ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica e a expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos, da reutilização e da reciclagem por meio de atuação desse segmento. (ART.1º, BRASIL, 2010).

O programa pretende promover e integrar diversas ações que possibilitem a capacitação, a incubação de cooperativas, pesquisa e estudos, aquisição de equipamentos, infraestrutura física as cooperativas, criação de redes de comercialização, a inserção das cooperativas nas cadeias de reciclagem e linhas de crédito para apoiar projetos com fins de estimular e fortalecer as cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis.

Nesse segmento, a lei 12.690 de junho de 2012 parece indicar novas condições favoráveis ao desenvolvimento dos empreendimentos de economia solidária, uma vez que dispõe sobre a organização e o funcionamento das cooperativas de trabalho. Entre os

benefícios diretos está a redução do número de cooperados associados, que passa a ser de no mínimo sete cooperados. Segundo a UNISOL:

Em linhas gerais, os eixos fundamentais da lei são consolidar as cooperativas de trabalho como sendo a principal forma de organização e estruturação jurídica dos empreendimentos da Economia Solidária; simplifica a constituição, registros de atas e realização de assembleias; incentiva o comportamento societário mais adequado; busca fomentar a atuação das cooperativas mediante a adoção de políticas públicas adequadas; fixa mecanismos rigorosos para coibir as fraudes, sem que isto inviabilize as cooperativas laborais.
(<http://www.unisolbrasil.org.br/2012/08/03/cooperados-recebem-orientacao-sobre-a-lei-12-690/>. Acesso em: 22 de out. 2012).

A grande questão recorrente, durante toda a pesquisa é: como os catadores de materiais recicláveis poderão avançar em aspectos essenciais ao desenvolvimento de uma categoria de trabalhadores, como os descritos nas diversas leis e decretos que os configuram como trabalhadores, já que até então ocupam a classificação de excluídos do processo de cidadania? Como afirma Souza: “ser cidadão implica que nosso pertencimento político não se define por laços restritivos de sangue ou localidade, e sim pela ideia de uma comunidade maior e mais geral.” (2009, p.30).

Compreender a formação de uma categoria profissional com características marcantes conferidas pela exclusão social, fortemente estigmatizada pela sociedade como espúria, e ao mesmo tempo convocada a unificar um complexo de leis e de ações previstas institucionalmente, direciona a análise sobre os aspectos subjetivos que integram o perfil dos cooperados, e como eles reagem individualmente, as interferências diante da renda, moradia, escolaridade, estado civil, um breve descritivo de como eles chegaram até a cooperativa e quais os seus sonhos⁴⁷.

A exclusão social está presente em todas as convocações direcionadas aos catadores de materiais recicláveis. Os cooperados são marcados por essa definição. E todos os chamamentos, leis, editais e mobilizações institucionais estão voltados para abolir a “exclusão social” de suas vidas. Ironicamente, a exclusão os trouxe à atividade de catador, a exclusão do trabalho, a exclusão da moradia, a exclusão da cidadania, acarreta em uma condição econômica de privação, onde a atividade de catar materiais recicláveis garante a sobrevivência. A privação econômica e moral transferem ao indivíduo uma identidade que

⁴⁷ Todo o material faz parte dos levantamentos e análises desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa Cultura e Cidadania, referenciado anteriormente.

interrompe o reconhecimento em pertencer a um grupo social e a compartilhar valores coletivos.

Diversos depoimentos expressam o sofrimento e a humilhação, em ser um catador de materiais recicláveis, entre eles, o tratamento indiferente, o desprezo e a repugnância. Que segundo Stroh: a repugnância ao catador de matérias recicláveis é sustentada na representação e no estigma de ser alguém sujo, porque vive no “lixo”. (2009, p.69).

Segundo Souza o trabalho exerce sobre os indivíduos o reconhecimento e o pertencimento a uma categoria.

Na divisão moderna do trabalho, a nossa necessidade de reconhecimento pessoal e de nosso valor individual diante do outro está intimamente ligada à identidade do trabalho. Por que temos esta necessidade de reconhecimento de nossa utilidade e qual é sua relação com a citada hierarquia moral, bem como seus dilemas e consequências privadas e públicas. (2006, p.295).

O reconhecimento da profissão, carregados pelos gêneses da exclusão, interferem sobre compreensão e o entendimento diante dos avanços presentes a legislação e dos mecanismos de apoio ao desenvolvimento das cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Atuam como uma espécie de barreiras, expostas pelos cooperados em compreender os benefícios de compor uma categoria de trabalho.

As observações realizadas durante a pesquisa evidenciam que os cooperados reproduzem os estigmas da exclusão social. Ao questionar o vice-presidente da COOPREL, um rapaz jovem, alegre, vinte e quatro anos, é cooperado há três anos, por quê ele não retorna a escola, para concluir os estudos, ele responde: *“eu tenho vergonha de estudar, depois de velho, pra que?”*.

Não há a percepção de que o retorno aos estudos é um direito concedido pelo Estado, e mais ainda, de que a conclusão do ensino médio, poderia beneficiá-lo, enquanto gestor da cooperativa. A baixa escolaridade⁴⁸, o analfabetismo funcional, é presente em 90% dos cooperados.

A construção individual do vice-presidente, provavelmente não contempla a escola como uma instituição capaz de promover a sua mobilidade social. Segundo Souza (2009), o estímulo para os estudos é algo cognitivo, passado de pai para filho, da “boca para fora”, os indivíduos pertencentes a classes mais baixas, não possuem o caráter emotivo e real que contemple o sucesso e a realização com a vida escolar. Assim, “a sociabilidade familiar não

⁴⁸ Nenhum dos cooperados associados possui o 2º grau completo.

permitiu a aquisição de habilidades emocionais e cognitivas necessárias ao sucesso na escola”. (SOUZA, 2009, p.244).

Segundo Souza, “quando estudar se torna para nós um dever ou uma responsabilidade moral, estudamos não apenas pelo proveito que podemos retirar do estudo, mas porque acreditamos em seu valor e isso nos motiva a estudar ainda mais porque estamos convencidos de estar realizando uma ação boa em si.” (2009, p.284).

Pensar enquanto profissional, trabalhador, vai além, quando se é vítima de preconceito e humilhação, como observamos na fala de um dos cooperados, ao ser constantemente chamado de “burro sem rabo”. Qual a motivação que o faz persistir e continuar exercendo o trabalho? Entre os diversos motivos citados, nenhum se justifica, diante da garantia de exercer um trabalho “digno”, porém menos vergonhoso, diante das poucas possibilidades, presentes ao universo dos excluídos.

É o que Souza, define como “trabalho desqualificado”; os indivíduos que ocupam atividades tidas como precárias, operam numa lógica em o que está em evidência é à centralidade moral, um trabalho que permita uma conduta honesta, capaz de garantir a sobrevivência de sua família.

Para os trabalhadores excluídos, segundo Souza, exercer uma atividade, um trabalho, corresponde a opção entre as atividades legais ou ser traficante de drogas, ladrão ou exercer qualquer outra atividade, que por pior que pareça, deve haver dignidade. (SOUZA, 2009).

A humilhação sofrida nas ruas, ao ser chamado de “burros”, explica porque os cooperados não reconhecem a atividade exercida por eles, como uma profissão digna para ser assumida em outras esferas além da cooperativa.

Durante as observações, acompanhamos a diretoria da COOPREL em uma ida ao cartório, na ocasião o intuito era a abertura e reconhecimento de “firma” do vice-presidente. Os documentos exigidos iriam compor um projeto com fins de financiamento junto a Fundação Banco do Brasil. Ao ser questionado pela atendente do cartório de qual era a sua profissão, ele hesitou por alguns segundos, olhou para os que estavam a sua volta, e respondeu com firmeza: “*sou pedreiro, ajudante de obra*”. O cooperado omitiu sua profissão e os reais motivos que o levaram até aquele local. Questionado posteriormente o porquê da afirmação negativa, ele afirma: “*é apenas uma condição de trabalho, vai que eu falo e a moça não me dava o documento*”. Informado de que a atendente sabia qual de fato foi o motivo de sua ida até lá, ele retruca: “*Agora é tarde*”.

A passagem reflete de que ter uma profissão é uma maneira de reproduzir socialmente uma identidade, ser “pedreiro”, reflete uma dimensão econômica, porém, reconhecida entre as relações sociais.

É evidente que enquanto grupo, entre os cooperados, existe um reconhecimento de igualdade, quase todos moram no mesmo bairro, dividem as mesmas expectativas, a mesma rotina diária, agora quando a representação da profissão avança para o reconhecimento social do trabalho, há uma forte negação em se afirmar como catador de material reciclado.

A identificação com uma categoria de trabalho em pessoas marcadas pela exclusão passa por uma ressignificação de valores, “os pacotes prontos que recebemos em nossa educação formal familiar inclui, além do incentivo à educação, um comportamento socialmente considerado bom, digno e honesto”. (SOUZA, 2009, p.244). Representar e apresentar-se catador de materiais recicláveis em alguns momentos, lugares, pode não ser tido como uma atividade honesta.

O comportamento apresentado pelo cooperado, ao omitir sua real profissão estaria aliado à função e aos valores que o trabalho representa para os excluídos. O trabalho ou emprego, vai além da sobrevivência, passa a configurar como um “signo representativo”, que apresenta a sua condição de não delinquente, funciona como uma espécie de “colete a prova de maiores humilhações”. (SOUZA, 2009).

Segundo Stroh (2009, p.67) em pesquisa realizada com a comunidade da Vila Emater, comunidade onde reside os cooperados associados à COOPLUM, constatou-se que 30% dos entrevistados, sempre buscaram na catação de resíduos a sua sobrevivência e o valor da honestidade sustenta o principal motivo de orgulho do trabalho.

O processo de reconhecimento e de atuação em grupo, em categoria de profissionais, entre os catadores de materiais de reciclados, recai sobre outro aspecto presente no universo da exclusão social: o da desconfiança.

Ao questionarmos, um dos associados à COOPREL, sobre quais os fatores ele observa serem impeditivos ao aumento da renda, não há uma explanação diante do cenário da comercialização dos materiais e sim a observação de que o “outro” é sempre o culpado. “*Aqui é tudo enrolão e preguiçoso.*”

A fragilidade em estabelecer relações de confiança entre o coletivo é apontado por Souza como a marca da cultura brasileira, a de “homem cordial”, o homem que se deixa levar pelo coração, a confiança é estabelecida em relações primárias, ou de parentescos. A confiança surge como um signo a mais e que não emerge durante as relações de trabalho.

“(…) enfatiza os vínculos pessoais, como amizade ou ódio pessoal, em desfavor de inclinações impessoais, de quem vê o outro com certa distância emocional, e que, precisamente por conta disso, pode cooperar com o outro em atividades reguladas pela disciplina e pela razão, e não através de emoções e sentimentos” (SOUZA, 2009, pg. 55).

Entre os grupos, não há uma cultura de criticar para melhorar, há observações que muitas vezes são amparadas em questões pessoais e sentimentais. Podemos entender claramente a lógica do “homem cordial”, apenas observando o comportamento das presidentes das duas cooperativas.

A presidente está na COOPREL desde o início da constituição, com a destituição da antiga diretoria ela assumiu a direção, segundo ela: *“ninguém aqui mesmo quer, eu como estou desde o começo, tomei a frente”*.

Quando o assunto é sobre a cooperativa, em alguns momentos, seu olhar foge. Afirma que já viajou muito para fazer cursos, visitou outras cooperativas e que “sonha um dia ganhar um salário na cooperativa”. Perguntamos o que deveria ser feito para alcançar tal sonho, e entre tantas afirmações, apenas uma era recorrente: *“se o galpão fosse nosso”*. Ela sempre afirma que a resposta está em questões externas, relacionada a equipamentos, carros, mas não faz menção quanto ao grupo. Quando precisa dividir as tarefas referentes à administração da cooperativa é a diretora financeira, que ela recorre e compartilha os problemas e decisões imediatas.

A descrição do processo se assemelha a COOPLUM, as principais decisões e deliberações, são tomadas pela Presidente, que com o apoio da Diretora financeira divide o dia-a-dia administrativo da cooperativa. E o grupo não demonstra insatisfação quanto aos procedimentos adotados. Quando questionados, alguns dos cooperados, sobre os métodos utilizados pela presidente para conduzir as atividades, a afirmação é de que se trata de um procedimento normal, rotineiro. Uma das cooperadas, afirma: *“ela é a presidente, outra pessoa não quer tomar conta, ela sabe o que faz”*. (Entrevista concedida ao Grupo de Pesquisa Cultura e Política do Desenvolvimento, 2011).

A falta de envolvimento dos cooperados diante dos processos diários das cooperativas reflete o que Souza denomina como “individualidade subjetiva”, à imagem de uma carreira sólida e estável presentes na sociedade moderna, impede os cooperados de manter uma relação constante com a ocupação. O que causa uma dificuldade cognitiva de apego a qualquer projeto coletivo. (SOUZA, 2006, p.301).

A legitimidade quanto aos procedimentos de gestão acabam sendo impostos por razões hierárquicas, o exercício do cargo de Presidente, e confirmados nos resultados aparentes e auferidos por todos, ou seja, o funcionamento da cooperativa e a garantia da renda ao final de cada mês.

(...) Os efeitos pessoais causados por toda essa privação moral se constituem como um desafio à atuação cidadã no espaço público, tanto na busca por direitos quanto no da construção de bens imateriais coletivos, devido a um isolamento pré-reflexivo de indivíduos intimados por exigências intersubjetivas a que não conseguem corresponder. O resultado é uma ausência de respeito e interesse tanto pessoal quanto intersubjetivo. (SOUZA, 2006, p. 302).

Diante da realidade exposta como pensar a autogestão?

Singer (2003, p. 20) aborda que a gestão de um empreendimento solidário, “deveria ser totalmente diferente da gestão aplicada aos empreendimentos capitalistas”. O autor define como fundamental para o processo de autogestão: o compartilhamento das informações entre todos os sócios. “A contabilidade e os demais sistemas de controle são desenhados para que a transparência impere, de modo que a decisão de todos possa acontecer.” (SINGER, 2003, p.20).

E para que a decisão de todos esteja presente, é preciso ouvir o grupo, propor reuniões, discutir os assuntos de forma clara e aberta. Decisões que envolvam o direcionamento do empreendimento e o interesse de todos não devem ser tomadas de imediato. Segundo Singer: decisões coletivas de longo alcance apresentam um custo, o custo de ouvir a manifestação e a opinião de todos.

Segundo a ANTEAG⁴⁹ autogestão corresponde:

Uma forma de organização coletiva cujo elemento essencial é a democracia. Ela se realiza na comunidade, escola, empresa, etc. Podemos dizer que a autogestão é a radicalização da democracia, no sentido de envolver a participação integral dos membros do grupo, acesso total às informações, conhecimento dos processos e, sobretudo, autonomia e autodeterminação. (<http://www.anteag.org.br/>. Acesso em: 23 de out. 2012).

Para Singer et al.(2003, p.74), a ANTEAG, corrobora com um modelo de autogestão, em que: “o controle da empresa e as decisões são exercidas pelos trabalhadores. Eles decidem

⁴⁹ ANTEAG- A Fundação da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão. Criada em 1994, por trabalhadores de empresas autogestionárias. É uma associação civil sem fins lucrativos que congrega associações e cooperativas de todo o Brasil.

sobre tudo: metas de produção, participação dos resultados, políticas de investimentos, políticas de relacionamentos entre a empresa e o mercado”.

Evidências entre a literatura e as observações empíricas, refletem que o processo de autogestão, tem sua origem em um processo gradativo, exercido diariamente. Assim, afirma Singer et al (2003, p. 74): “a autogestão deve acontecer por um processo de democratização das tarefas e pela motivação dos trabalhadores”.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento da indústria moderna é marcado pela diversidade de mercadorias e contínua expansão do consumo. As inovações do mercado, entre produtos e serviços, criam incessantemente novas necessidades por novos produtos, novos modelos, aumentando significativamente cada vez o consumo e, por conseguinte o descarte. O descarte, enquanto, processo inicial para um novo ciclo produtivo.

O pressuposto econômico de toda unidade produtiva é implantar sistemas de produção que correspondam à demanda crescente dos consumidores, mas, que minimize o emprego dos fatores de produção. Enquanto atividade industrial, o setor de reciclagem se afirma como sendo sustentável. O desenvolvimento da indústria da reciclagem, opera por uma cadeia produtiva, organizada e com números representativos. No Brasil, segundo o CEMPRE, o material com maior índice de reciclagem é o plástico. Em 2009, cerca de 21% do plástico inserido no mercado, retornou para a reciclagem.

O material descartado pela sociedade, como sinônimo de lixo, é reintroduzido na indústria, graças ao trabalho desenvolvido pelos catadores de materiais recicláveis, que assumem o fornecimento de matéria-prima para as indústrias de reciclagem. O material chega até as indústrias, separado de acordo com a categoria de uso (plástico, alumínio, papelão), e ainda, de acordo com algumas evidências, por um custo relativamente mínimo.

O fato é que no interior da cadeia produtiva dos materiais recicláveis, se afirma um novo agente, uma nova categoria de trabalhadores. Categoria, que avança em organização, como ator principal frente ao processo de estruturação e desenvolvimento da indústria da reciclagem.

Os catadores de materiais recicláveis, seguem envolvidos nos desafios presentes a consolidação de uma nova profissão, amparados na gestão integrada de resíduos, que por recomendação da Lei 12.305 de 2010, deverá ser aplicada em todos os municípios brasileiros, no prazo máximo até agosto de 2014. A previsão é a de que durante este período os municípios criem seus planos de gestão de resíduos e que estes contemplem a atuação das cooperativas de catadores de materiais recicláveis, como responsáveis pela coleta seletiva.

Ainda segundo a redação da Lei 12.305 de 2010, os catadores de materiais recicláveis, deverão atuar em cooperativas de trabalho, como agentes capacitados em educação ambiental e responsáveis pela coleta seletiva dos materiais recicláveis. Com isso a Lei 12.305 insere a discussão, sobre modelos e sistemas de organização que deverão existir entre os municípios e

as cooperativas de catadores de materiais recicláveis, enquanto política pública. E numa outra vertente de atuação, entre as cooperativas e a indústria da reciclagem, numa perspectiva de comercialização e mercado para os materiais coletados.

As cooperativas de catadores de materiais recicláveis de Maceió, carregam em sua formação, uma lógica assistencialista, até então, promove e prover as necessidades básicas dos cooperados, ultrapassar esta lógica, pode ser considerado o primeiro desafio. O assistencialismo institucional interfere diretamente na gestão da cooperativa, não há o cuidado de repassar aos cooperados os procedimentos administrativos e financeiros da cooperativa.

A discussão sobre a inserção das cooperativas de catadores de materiais recicláveis na cadeia produtiva da reciclagem, respalda a perspectiva de política pública para a inserção produtiva. O segundo desafio consiste em ultrapassar as barreiras subjetivas presente na exclusão. Formar e capacitar os grupos de cooperados de que atualmente, eles representam uma categoria de trabalhadores, que vem crescendo em números de integrantes e em participação dos espaços públicos. O que confirma a demanda por processos de aprendizagem e reprodução social, sobre o trabalho organizado e os seus benefícios.

O processo de formalização e organização do trabalho dos catadores de materiais recicláveis, em cooperativas, propõe uma nova ordem política, aliados a uma nova estrutura jurídica, especificamente, colabora para que os catadores de materiais recicláveis formalizem parcerias, no intuito de alcançarem a capacitação e a organização de suas atividades - cooperativas institucionalizadas, capazes de gerar renda aos cooperados.

Localmente, em Maceió, a indução para o agrupamento dos catadores de materiais recicláveis em cooperativas de trabalho, consiste numa estratégia de maximizar o acesso ao trabalho não precarizado. Entre as cooperativas de catadores de materiais recicláveis de Maceió, a organização dos trabalhadores acontece de maneira espontânea e solidária. A concessão de alguns direitos, previstos para os sócios cooperados, respaldam que a organização das atividades em cooperativas, é o primeiro passo para que os cooperados acessem o reconhecimento e a valorização do trabalho.

Além dos aspectos legais, decorrentes de ser associado a uma cooperativa, observamos que entre as cooperativas de reciclagem de Maceió, ser cooperado, mesmo que timidamente, legitime o trabalho do catador. E a legitimidade do grupo, avança nacionalmente, a organização social do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, resulta em novas leis e novas políticas de inserção, capazes de romper com os aspectos subjetivos presentes no exercício diário de ser catador de materiais recicláveis.

O trabalho dos catadores de materiais recicláveis em cooperativas, exige valores que divergem completamente dos valores vivenciados e absorvidos por eles em experiências anteriores. O que particulariza os grupos locais, sobre a demanda de novas modalidades de produção e reprodução social, entre a exclusão social, exclusão material, exclusão de cidadania e a autogestão.

O modelo de gestão, capaz de atender as necessidades das cooperativas de reciclagem de Maceió, persiste justamente em transpor os entraves presentes na territorialidade: à falta de indústrias, a informalidade, o déficit de economia moral, se apresentaram como os subsídios necessários e capazes de construir um modelo de autogestão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBIER, René. **A Pesquisa-Ação na Instituição Educativa**. Rio De Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida Para Consumo: A transformação das pessoas em Mercadoria**; Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. **Globalização: As Consequências Humanas**; Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMGARTEM, Maira. **Tecnologias Sociais e Inovação Social**. <http://www.Gpcts.Furg.Br/Doc%20pdf/Tecnologiasassociaseinovacaosocialrev06.Pdf>. Acesso: Em 27 de Julho de 2011.

BEZERRA, Mabele Conceição Dutra. **A Gestão de Negócios e Suas Estratégias**. SEBRAE. 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. Tradução de Sergio Miceli, Silvia de Almeida Prado, Sonia Miceli e Wilson Campos Vieira. São Paulo: Perspectiva, 1987.

_____. **O Poder Simbólico**. Tradução. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **A Distinção – Critica Social do Julgamento**. Porto Alegre: Ed. Zouk, 2003.

_____. **O Senso Prático**. Tradução. Maria Ferreira; revisão da tradução, Odaci Luiz Coradini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BRASIL. **Constituição** de 1988.

_____. **Lei nº 1637**, 05 de Janeiro de 1907.

_____. **Decreto nº 22.239**, 19 de dezembro de 1932.

_____. **Decreto-lei nº 59**, de 21 de Novembro 1966.

_____. **Lei nº 5.764**, 16 de Dezembro de 1971.

_____. **Código Civil**. 2002.

_____. **Lei nº 12.305**, 02 de agosto de 2010.

_____. **Lei nº 12.690**, 12 de junho de 2012.

BRASKEM. **Diagnóstico Sócio Ambiental**. 2011.

BULGARELLI, Waldirio. **As sociedades cooperativas e a sua disciplina jurídica**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

BURSZTYN, Marcel. **O Poder do Donos: Planejamento e clientelismo no Nordeste**. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.

CALDERONI, Sabetai. **Os Bilhões Perdidos no Lixo**. São Paulo: Humanitas, 2003.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e Cidadãos: Conflitos Multiculturais da Globalização**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

CARVALHO, Cícero Péricles. **Economia Popular: Uma via de modernização para Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2008.

CATTANI, Antonio. LAVILLE, Jean-Louis. HESPANHA, Pedro. GAIGER, Luiz. **Dicionário Internacional Da Outra Economia**. Almedina Brasil: São Paulo: 2009.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CNUMAD), **Agenda 21**. Em 1992, No Rio De Janeiro. Cap.31 – A Comunidade Científica. Disponível Em: <http://www.ecolnews.Com.Br/Agenda21/Index.Htm>. Acesso Em: 28 de Maio de 2011.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - ONU. **Relatório de Bruntland-Nosso Futuro Comum**. Editora Fundação Getulio Vargas. Rio De Janeiro: 1991.

CORRÊA, Maria Letícia; PIMENTA, Maria Solange. **Impactos da Mobilização da Subjetividade nos Processos de Formação Profissional e Sindical**. Disponível em:<http://dx.doi.org/10.1590/s1676-56482006000100007> . Acesso em 02 de Novembro de 2011.

CREMASCO, Marco Aurélio. **Responsabilidade Social das Empresas: A contribuição das Universidades - A Responsabilidade Social na Formação de Engenheiros**. Volume 7. São Paulo: Peiropolis:Instituto Ethos,2009.

DAGNINO, Renato. **Tecnologia Social: Ferramenta Para Construir Outra Sociedade**. 2ª Edição. Campinas, São Paulo: Komed, 2010.

DURKHEIM, Émile.**Da Divisão do Trabalho Social**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SCOREL, Sarah. **Vidas ao Leu: Trajetórias de Exclusão Social**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

GAIGER, Luiz Inácio. (Org). **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOMES, Gustavo Maia. **Velhas Secas em Novos Sertões**. Brasília: IPEA, 2001.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações Sociais e Esfera Pública: A Construção Simbólica dos Espaços Públicos no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

KEIL, I. M; MONTEIRO, S.T. **Os pioneiros de Rochdale e as distorções do cooperativismo na América Latina**. São Leopoldo, 1982, disponível em <http://www.cootrade.com.br/pioneirosrochdale.pdf>, acessado em 27/05/2012.

KLIKSBERG, Bernado. **Pobreza: Un Tema Impostergable**. 1ª Edição. México: Fondo De Cultura Economica, 1993.

LIMA, Jacob Carlos, **O trabalho autogestionario em cooperativas de produção: o paradigma revisitado**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo.V.19, n. 56, p46-62, outubro. 2004.

LIRA, Fernando. **Formação da Pobreza e da Riqueza De Alagoas**. Maceió: Edufal, 2007.

MAGERA, Marcio. **Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade**. São Paulo: Editora Átomo, 2º edição, 2005.

MARX, K. **A Ideologia Alemã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MAY, Tim. **Pesquisa Social: Questões, Métodos e Processos**. 3ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MELO, Elaine Patrícia Gomes. **Diagnóstico da Cadeia Produtiva da Reciclagem na cidade de Maceió (AL)** [dissertação]. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, IGDEMA; 2011.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Elementos para a Organização da Coleta Seletiva e Projeto dos Galpões de Triagem**. Brasília: 2008. Disponível em http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/Arquivos_PDF/ManualColetaSeletiva.pdf . Acesso em: set. 2010.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. <http://www.mncr.org.br/>.

OCB. **Relatório da Gerência de Monitoramento: “Panorama do Cooperativismo Brasileiro - Ano 2011”**

OLIVEIRA, B. A. M. **Economia solidária e o cooperativismo popular: da gênese aos desafios atuais**. Revista Proposta: economia solidária e autogestão, ano 30. n. 97, p.20-32, jun./ago.2003.

ORTIZ, Renato. (Org.). **A Sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

OTTERLOO, Aldalice. [et al.]. **Tecnologias Sociais: Caminhos para a sustentabilidade**. Brasília/DF: s.n, 2009.

SACHS, Ignacy. **Inclusão Social Pelo Trabalho: Desenvolvimento Humano, Trabalho Decente e o Futuro dos Empreendedores de Pequeno Porte.** Rio De Janeiro: Garamond, 2003.

_____. **Estratégias De Transição Para O Século XXI: Desenvolvimento e Meio Ambiente.** São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SCALON, Celi (Org.). **Imagens da Desigualdade.** Belo Horizonte: Humanitas, 2009.

SINGER, Paul; Souza, André Ricardo De (Orgs.). **A Economia Solidária no Brasil: A Autogestão Como Resposta Ao Desemprego.** São Paulo: Contexto, 2003.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

_____. **A Invisibilidade da Desigualdade Brasileira.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

STROH, Paula. (Org.). **Cidade, Lixo e Cidadania.** Maceió: Edufal, 2009.

PINHO, Diva. **O Cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária.** São Paulo: Saraiva, 2004.

PIRES, Marcos, Cordeiro. **Economia Brasileira: Da colônia ao Governo Lula.** São Paulo: Saraiva. 2010.

POCHMANN, Marcio. **Atlas da Exclusão Social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002.

POLONIO, Wilson Alves. **Manual das Sociedades Cooperativas.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

POLANYI, Karl. **A grande Transformação: As origens da Nossa Época.** 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RICCIARDI, L; LEMOS, R. J. **Cooperativa, a empresa do século XXI.** São Paulo: LTr, 2000.

SILVA, Emanuel Sempio e outros. **Panorama do Cooperativismo Brasileiro: Histórias e Tendências.** UNIRCOOP. Vol. 1. 2003.